

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

STANLEY AMARANTE DA SILVA

FAMÍLIA, ESCOLA E RELIGIÃO:
ASPECTOS IMPORTANTES PARA A REINSERÇÃO SOCIAL
DO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE ATO INFRACIONAL
A PARTIR DA CASA DE SEMILIBERDADE MARISTA DE VILA VELHA – ES

Faculdade Unida de Vitória

STANLEY AMARANTE DA SILVA

FAMÍLIA, ESCOLA E RELIGIÃO:
ASPECTOS IMPORTANTES PARA A REINSERÇÃO SOCIAL
DO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE ATO INFRACIONAL
A PARTIR DA CASA DE SEMILIBERDADE MARISTA DE VILA VELHA – ES

Faculdade Unida de Vitória

Trabalho Final de Mestrado Profissional para
obtenção do grau de Mestre em Ciências das
Religiões.

Faculdade Unida de Vitória.

Programa de Pós-Graduação.

Linha de Pesquisa: Religião e Esfera Pública.

Orientadora: Dra. Claudete Beise Ulrich

Vitória

2017

Silva, Stanley Amarante da

Família, escola e religião / aspectos importantes para a reinserção social do adolescente em situação de ato infracional a partir da Casa de Semiliberdade Marista de Vila Velha - ES./ Stanley Amarante da Silva. – Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

vii, 79 f. ; il. 31 cm.

Orientadora: Claudete Beise Ulrich

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

Referências bibliográficas: f. 75-79

1. Ciências das religiões. 2. Religião e esfera pública. 3. Adolescente. 4. Cidadania. 5. Família. 6. Escola. 7. Reinserção. - Tese. I. Stanley Amarante da Silva. II. Faculdade Unida de Vitória, 2017. III. Título.

STANLEY AMARANTE DA SILVA

FAMÍLIA, ESCOLA E RELIGIÃO:
ASPECTOS IMPORTANTES PARA A REINserÇÃO SOCIAL
DO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE ATO INFRACIONAL
A PARTIR DA CASA DE SEMILIBERDADE MARISTA EM VILA VELHA – ES

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões no Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.


Doutora Claudete Beise Ulrich (presidenta)


Doutor Kenner Roger Cazotto Terra – UNIDA


Doutor Francisco de Assis Souza dos Santos – UNIDA

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me oportunizado a cada dia de minha existência a busca pelo conhecimento, esse que nunca é inacabado, mas sim reformulado conforme as oportunidades que nos são apresentadas e nos apegamos a elas.

À vida, pois sem ela não existiria, essa que é a essência do existir de nós pobres seres mortais.

À Minha família pelo incentivo com que eles me apoiaram até mesmo quando me faltava determinação, força de vontade e perseverança, eles foram e sempre serão meu bálsamo.

A M.M Juíza da 1ª Vara da Infância e Juventude de Vila Velha Dr^a. Patrícia Pereira Neves e ao M.M da 2ª Vara da Infância e Juventude de Vila Velha Dr. Marcelo Soares Cunha, por entenderem a proposta desta pesquisa e não medirem esforços, para que o objetivo da pesquisa fosse alcançado.

E finalmente à minha orientadora Dr^a Claudete Beise Ulrich, que nos momentos em que quis desistir estava lá sempre pronta com uma palavra de ânimo, carinho e revitalizando minha determinação, para não esmorecer diante dos obstáculos.

A Todos/Todas eles minha gratidão.

RESUMO

A presente dissertação trata do adolescente em ato infracional e a importância da medida socioeducativa para a sua reinserção na sociedade. Neste sentido, apresenta um breve histórico sobre a construção da infância, da família e da escola e aponta para as mudanças na forma de entender a família, a partir da Constituição de 1988. Da mesma forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) apresenta as crianças e os adolescentes como portadores de direitos. A cidadania é o viés fundamental para entender a infância e a juventude, desta forma, se desconstrói o conceito de jovem infrator. A segunda parte do trabalho busca entender a infância e a adolescência e a questão da vulnerabilidade social. Para o adolescente em ato infracional aponta-se a justiça restaurativa, através de medidas socioeducativas. Neste sentido, a Casa de Semiliberdade Marista é apresentada com sua proposta pedagógica que visa uma educação integral, a partir dos quatro pilares da educação: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a conhecer. Esta pedagogia se efetiva na constituição com as parcerias, isto é, as redes para o processo de ressocialização do adolescente em ato infracional. Na última parte do trabalho, reflete-se sobre a importância das redes que se estabelecem com a família, a escola, o mercado de trabalho e a experiência com a espiritualidade. Nesta perspectiva, analisa-se também a pesquisa realizada com 31 jovens que residem na Casa de Semiliberdade Marista, estudantes em duas UMEF's de Vila Velha (Unidade Municipal de Ensino Fundamental) Senador João de Medeiros Calmon, localizada na Praia das Gaivotas e Dep. Mikeil Chequer, localizada no Bairro de Boa Vista, buscando perceber quais são os valores religiosos e morais colocados como importantes pelos adolescentes para o seu processo de ressocialização e recuperação da auto-estima e cidadania.

Palavras-chave: adolescente; cidadania; família; escola; reinserção.

ABSTRACT

This dissertation deals with adolescents in an infraction and the importance of the socio-educational measure for their reintegration into society. In this respect, it presents a brief background about the construction of childhood, family and school and points to the changes in the way of understanding the family, from the 1988 Constitution. Likewise, the Child and Adolescent Statute (ECON) presents children and adolescents as rights holders. Citizenship is the fundamental bias for understanding childhood and youth, in that way is constructed the concept of young offender. The second part of the work seeks to understand childhood and adolescence and the issue of social vulnerability. For the adolescent in an infraction act, restorative justice is pointed out, through socio-educational measures. In this respect, the Marist Semiliberly House is presented with its pedagogical proposal that aims at an integral education, starting from the four pillars of education: learning to be, learning to live, learning to do and learning to know. This pedagogy is effective in the constitution with the partnerships, that is, the networks for the process of resocialization of the adolescent in an infraction. In the latter part of the paper, we reflect on the importance of the networks that are established with the family, the school, the labor market and the experience with spirituality. In this perspective, the research carried out with 31 young people residing in the House of Semiliberda de Marista, students in two UMEF's in Vila Velha (Municipal Elementary School), Senador João de Medeiros Calmon, located in Gaivotas and Dep. Mikeil Beach Checker, located in the neighborhood of Boa Vista, seeking to understand what are the religious and moral values placed as important by adolescents for their process of resocialization and recovery of self-esteem and citizenship.

Keywords: Teen; citizenship; family; school; reinsertion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 FAMÍLIA, INFÂNCIA E ESCOLA: CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS, MUDANÇAS NO BRASIL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	11
1.1 Família, Infância e Escola: uma construção sócia histórica	11
1.2 Família, infância e escola na história do Brasil	14
1.3 Constituição de 1988 e a ampliação do conceito de família e do direito à Educação	17
1.4 Do Código de Menores ao Estatuto da Criança e do Adolescente	23
2 CRIANÇA E ADOLESCENTE NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS, CONFLITOS E PERSPECTIVAS	28
2.1 Infâncias – Entender, compreender para consolidação da juventude	31
2.2 Adolescências – inquietações e vulnerabilidade social	35
2.3 Casa de Semiliberdade Masculina Marista no Município de Vila Velha.....	37
2.4 Proposta Pedagógica: Os Quatro Pilares da Educação.....	42
3 REDE DE ARTICULAÇÃO: ANÁLISE DA PESQUISA - VALORES IMPORTANTES PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ATO INFRACIONAL PARA SEU PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO.....	50
3.1 Tecendo Redes.....	50
3.2 Realização da Pesquisa: Período e Perfil.....	63
3.3 Respostas dos adolescentes ao questionário-entrevista.....	65
3.4 Avaliando o resultado da pesquisa	70
CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS	76
ANEXOS	80
A. Requerimento de solicitação ao M.M. Juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude de Vila Velha, Dr. Marcelo Soares Cunha	80
B. Autorização Judicial para realização da Pesquisa de Campo	81
C. Questionários respondidos pelos adolescentes da UMEF “Senador João de Medeiros Calmon”.....	82
D. Questionários respondidos pelos adolescentes da UMEF “Deputado Mikeil Chequer”	99

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como tema a adolescência em situação de ato infracional e o seu processo de reinserção social, através de medidas socioeducativas de internação na Casa de Semiliberdade Marista, no Município de Vila Velha-ES. O tema desta pesquisa surgiu através da inquietação do autor, que trabalha há 19 anos com a reinserção social de adolescentes em situação de ato infracional, na 1ª Vara da Infância e Juventude de Vila Velha. Atualmente, há duas Varas da Infância e Juventude nesta municipalidade. A 1ª Vara hoje com atendimento específico a questões da área civil e a 2ª Vara específica, que atende adolescentes em situação de ato infracional.

Registra-se a importância da implantação das políticas públicas voltadas para famílias em vulnerabilidade social, as quais trouxeram também uma grande melhoria para a vida das crianças e adolescentes. É digno de nota o aumento de CRAS e CREAS que atendem aos munícipes e a Rede Municipal de Ensino, a qual mantém seis Instituições de Ensino em tempo integral, sendo que metade delas está localizada em áreas de vulnerabilidade social. Inclusive, a pesquisa deste trabalho se realizou em uma destas escolas, a UMEFTI “Senador João Medeiros de Calmon”.

Acrescenta-se, no entanto, que dentro das políticas públicas não contempladas está à questão do município não dispor de nenhum CAP's (Centro de Acompanhamento Psicossocial) infanto-juvenil, para atendimento da questão da drogatização, sendo esta uma questão de saúde pública. Há muitos adolescentes em situação de ato infracional, que roubam, matam e cometem os mais diversos tipos de delitos para manterem o uso pessoal de drogas.

Outra inquietação que move esta pesquisa é a percepção de que os adolescentes em situação de ato infracional dificilmente reestabelecem laços com sua família. O adolescente estabelece, geralmente, esta relação de pertencimento com agentes externos, que em sua maioria são os traficantes ou outros tipos de agentes da criminalidade, sendo, assim, cooptados pelos mesmos. Percebendo esta lacuna, os irmãos Maristas criaram em 2008 uma política inovadora no município, a Casa de Acolhida, tornando-se, mais tarde, a Casa de Semiliberdade Marista. Esta casa procura dar suporte aos adolescentes em situação de ato infracional, especialmente aqueles que se encontram em Regime Fechado, e quando saem do mesmo, necessitam cumprir a parte restante da medida em Regime Semi-aberto nesta casa, os adolescentes são acolhidos e orientados para sua reinserção social, juntamente com suas famílias, pois para provimento de providências legais a Lei prevê justamente o preparo efetivo deste adolescente, antes mesmo de sua reinserção. Sendo respeitadas suas potencialidades de

inclusão, e mais, que durante este período os mesmos possam pacificamente voltar a conviver nas comunidades.

A Casa de Semiliberdade, organizada pelos Irmãos Maristas, não busca impor o caráter da religiosidade cristã católica aos jovens adolescentes em ato infracional. O objetivo é sim prepará-los para enfrentar os novos desafios advindos da situação delituosa em que se encontram. Como sinal do respeito às crenças já trazidas do universo externo desses adolescentes, a instituição também buscou ter em suas equipes profissionais não somente pessoas que cultuavam a fé católica cristã, mas sim também de outras designações, por exemplo, de protestantes.

As perguntas motivadoras desta pesquisa para o mestrado profissional em ciências das religiões foram: Como se dá o processo de ressocialização dos jovens infratores? Qual método pedagógico é adotado pela Casa de Semiliberdade Marista? Que redes são importantes para o processo de ressocialização dos adolescentes infratores? Que valores proclamados pela denominação religiosa, onde o adolescente e/ou a sua família participam, são considerados importantes para a construção de sua cidadania, isto é, para o seu processo de ressocialização na sociedade?

Para responder estas perguntas, buscou-se, no primeiro capítulo, em Philippe Ariès para entender a construção histórica da infância, da família e da escola e os processos históricos que envolvem estes aspectos no Brasil. Depois, refletiu-se sobre o conceito de família na Constituição Brasileira desde 1988, apontando para a diversificação do que se entende por família. Encerrando o capítulo, reflete-se sobre o ECRIAD – Estatuto da Criança e Adolescente, refletindo sobre os direitos assegurados, especialmente, no que se refere a ressocialização na sociedade, à educação.

No segundo capítulo, aprofunda-se o estudo sobre a adolescência, buscando entender o que seja o adolescente infrator, a partir do ECRIAD, apontando-se para o conceito de justiça restaurativa de Howard Zehr. Encerra-se o capítulo refletindo sobre a Casa de Semiliberdade Marista, a sua pedagogia, baseada nos quatro pilares da educação (aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer, aprender a aprender)¹, consideradas fundamentais no processo de ressocialização do adolescente em conflito com a lei.

No terceiro capítulo, aponta-se para o fortalecimento das redes no processo de ressocialização do adolescente em conflito com a lei. Apresenta-se a pesquisa de campo,

¹ DELORS, Jacques (Coord.) *Educação: um tesouro a descobrir*. (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI). 7. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2012. p. 73-84.

realizada com 31 jovens adolescentes masculinos, com a idade entre 15 e 18 anos, semi-internos da casa de Semiliberdade Marista, estudantes em duas UMEF's de Vila Velha (Unidade Municipal de Ensino Fundamental) Senador João de Medeiros Calmon, localizada na Praia das Gaivotas e Dep. Mikeil Chequer, localizada no Bairro de Boa Vista. O objetivo da pesquisa com estes jovens foi perceber de que forma está acontecendo o seu processo de ressocialização e a importância dos valores religiosos em suas vidas. Todos os jovens entrevistados estão novamente estudando, mesmo que em diferentes níveis do ensino fundamental e médio, nas escolas públicas.

Através de pesquisa qualitativa² e de um questionário/entrevista estruturado³ com quatro questões fechadas e uma em aberto, buscou-se refletir sobre a participação ou não destes jovens em alguma comunidade religiosa. Além disso, pesquisaram-se quais valores proclamados pelas denominações religiosas eles consideram importantes para seu processo de ressocialização. Na pergunta em aberto, eles responderam o porquê destes valores serem considerados importantes para eles. Chamou a atenção que nem todos responderam as questões colocadas em relação à participação em uma comunidade religiosa, o que nos leva a constatar que a espiritualidade é somente uma pequena parte da rede de ressocialização dos adolescentes infratores. Portanto, o processo de ressocialização do jovem adolescente em ato infracional necessita da interligação de todas as partes envolvidas; Família, escola, religião e a aplicação de políticas públicas que visem à construção integral da cidadania destes jovens, isto é, que ofereçam possibilidades de reinvenção da vida.

² GERHARDT, Tatiana Engel; SILVIERA, Denise Tolfo (Orgs) *Métodos de Pesquisa*. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 32. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2016. Segunda as autoras: “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os/as pesquisadores/as que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

³ LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria Andrade. *Técnicas de pesquisa*. 4 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999. p. 93-94. “O/a entrevistador/a segue um roteiro previamente estabelecido. Não é permitido adaptar as perguntas a determinada situação, inverter a ordem ou elaborar outras perguntas”.

1 FAMÍLIA, INFÂNCIA E ESCOLA: CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS, MUDANÇAS NO BRASIL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.

O presente capítulo busca refletir sobre família, infância e escola como construções históricas. Neste sentido, aponta, então, para a Constituição Brasileira de 1988 e a ampliação do conceito de família e do direito à educação. A constituição de 1988 também trouxe mudanças para as crianças e jovens, passando do código de menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.1 Família, Infância e Escola: uma construção sócia histórica

Na Idade média não se conhecia a infância como se conhece hoje. As crianças logo ingressavam na vida adulta, usando, por exemplo, as mesmas roupas de adultos. Além do mais, a maioria das crianças aprendia um ofício a partir do convívio com a sua família. As crianças e os adolescentes eram entendidos como adultos em miniaturas.⁴ As ações punitivas também não consideravam o *status* da infância como é conhecida hoje. Assim, considerando a perspectiva histórico-temporal, ao se falar de famílias, instituições, constata-se que segundo Foucault: “O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.”⁵, que as estruturas familiares e outras instituições, como a escola e a religião desempenharam e desempenham sobre a vida das pessoas.

De acordo com Philippe Ariès, o sentimento da família nasce e se desenvolve desde o século V até século XVIII.

A partir do século XVIII, ele estendeu-se a todas as camadas e impôs-se tiranicamente às consciências. Muitas vezes apresentou-se a evolução dos últimos séculos como o triunfo do individualismo sobre as obrigações sociais, entre as quais figurava a família. (...). Não foi o individualismo que triunfou, foi a família. (...)
A vida profissional e a vida familiar abafaram essa outra atividade, que outrora invadia toda a vida: a atividade das relações sociais. Nesta época as crianças logo ingressavam no mundo adulto, usando os mesmos trajes e participando das mesmas atividades, era um adulto em miniatura, passível de ação punitiva sem que se levasse em conta o status de infância como a concebemos hoje.⁶

⁴ ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 10.

⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Trad. De Raquel Ramallete 1997, p. 143.

⁶ ARIÈS, 1981, p. 273-274.

O autor alude que a evolução que se desenvolveu foi da família, acarretando assim as novas configurações. Para Ariès não foi o individualismo que triunfou, mas a vida familiar, que junto com a vida profissional foi abafando a atividade das relações sociais. O triunfo da vida familiar também significou a vitória de um ser humano, mais voltado para a preocupação da sua própria família, gerando o individualismo. Ao lado da instituição família, foi inventada a escola: Segundo Ariès:

Na Idade Média, surgiu a escola que tinha a responsabilidade de formar. Algumas pessoas se especializaram na tarefa de ensinar e então, alguns locais específicos para isso, foram construídos. No princípio, a escola era apenas para a elite, ensinava-se a cultura da aristocracia e conteúdos religiosos. As crianças pertencentes às camadas populares recebiam educação em seus próprios lares, principalmente, educação para o trabalho. (...).⁷

De acordo com o autor, a escola surgiu com a responsabilidade de formar as crianças e os adolescentes, em lugares apropriados para tal, surgindo alguns especialistas com esta tarefa de formar, sendo assim a escola, pensada para um grupo: a elite. Esta, portanto, tendo como objetivo ensinar a cultura da aristocracia e conteúdos religiosos. Com isso as crianças da grande maioria da população pobre receberam uma educação em sua própria casa, voltada para o trabalho. Portanto, as crianças camponesas aprenderam junto com os pais no trabalho do campo a serem camponesas. Enquanto as crianças da elite aprenderam costumes e regras da aristocracia para governarem.

É interessante observar que o autor aponta para o fato de que a obrigação social das famílias reduziu as relações sociais. O desenvolvimento da obrigação da família levou-a ao mundo privado, pois ao lado da família, desenvolveu-se também a vida profissional, dentro dos processos históricos, como, por exemplo, a revolução industrial. O autor, também aponta para outro aspecto que é o aparecimento da educação, da escola. Ariès afirma:

A civilização medieval havia esquecido a *paideia* dos antigos, e ainda não tinha ideia da educação. Hoje, nossa sociedade depende e sabe que depende do sucesso de seu sistema educacional. (...) O grande acontecimento foi, portanto, o reaparecimento no início dos tempos modernos da preocupação com a educação. (...). Esta nova preocupação com a educação pouco a pouco iria instalar-se no seio da sociedade, e transformá-la de fio a pavio. A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu a função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas. (...) O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XVII exprimiu com insistência e gosto: o sentimento moderno da família.⁸

⁷ ARIÈS, 1981, p. 55.

⁸ ARIÈS, 1981, p. 276-277.

Ainda de acordo com o autor:

A aprendizagem tradicional foi substituída pela escola, uma escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela política. O extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII foi uma consequência dessa preocupação nova dos pais com a educação das crianças. (...)

A família e a escola retiraram junta a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato. A solicitude da família, da Igreja, dos moralistas e dos administradores privou a criança da liberdade de que ela gozava entre os adultos. Infligiu-lhes o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas.⁹

Ariès aponta, portanto, que o novo sentimento de família e infância trouxe um enclausuramento da infância, na família e na escola. Ele é enfático em afirmar que a família e a escola retiraram juntas as crianças da sociedade dos adultos. Portanto, o chicote, a prisão, as correções também foram elementos utilizados e considerados normais, pelas famílias e pela Igreja, para disciplinar uma criança. Um resultado desta mentalidade foi o nascedouro dos internatos. O autor também mostra que o sentimento de família nasce junto com o sentimento de classe social. De acordo com Ariès:

A família moderna retirou da vida comum não apenas as crianças, mas uma grande parte do tempo e da preocupação dos adultos. Ela correspondeu a uma necessidade de intimidade, e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida. As promiscuidades impostas pela antiga sociedade lhes repugnam. Compreende-se que essa ascendência moral da família tenha sido originariamente um fenômeno burguês: a alta nobreza e o povo, situados em duas extremidades da escala social, conservaram por mais tempo as boas maneiras tradicionais, e permaneceram indiferentes à pressão exterior. As classes populares mantiveram até quase nossos dias esse gosto pela multidão. Existe, portanto uma relação entre o sentimento da família e o sentimento de classe.¹⁰

Portanto, na medida em que o sentimento de família e de intimidade vai se desenvolvendo, a família vai se retirando para o mundo privado. No entanto, o desenvolvimento destes sentimentos não foi igual na nobreza e no povo. O povo gostava das relações sociais, das multidões, do público. O sentido de classe se desenvolveu junto com o sentimento de coletividade, pois as crianças das classes populares também não tiveram imediato, acesso a educação formal na escola. Neste sentido, em relação aos jogos e as brincadeiras Ariès aponta para a separação que se estabeleceu entre as crianças da nobreza e as crianças do povo:

⁹ ARIÈS, 1981, p. 277-278.

¹⁰ ARIÈS, 1981, p. 278.

os mesmos jogos foram comuns às diferentes condições sociais; a partir do início do século dos tempos modernos, porém, operou-se uma seleção entre eles: alguns foram reservados aos bem nascidos, enquanto outros foram abandonados ao mesmo tempo às crianças e ao povo.¹¹

Desenvolveram-se também escolas de caridade no século XVII que foram fundadas para os pobres e estas também atraíram crianças ricas. Nesta perspectiva o autor reforça que, “a partir do século XVIII, as famílias burguesas não aceitaram mais essa mistura, e retiraram suas crianças daquilo que se tornaria um sistema de ensino primário popular, para colocá-las nas pensões ou nas classes elementares dos colégios, cujo monopólio conquistaram.”¹² A construção do sentimento de família serviu para separar a nobreza e o povo.

Portanto, o desenvolvimento da família e da escola mostra, claramente, a separação entre os grupos sociais, surgindo, desta forma, também o sentimento de classe social. Ariès conclui o seu livro sobre a História Social da Criança e da Família, afirmando que:

o sentimento da família, o sentimento de classe e talvez, em outra área, o sentimento de raça surgem, portanto como as manifestações da mesma intolerância diante da diversidade, de uma mesma preocupação com a uniformidade.¹³

Estes aspectos colocados por Ariès também podem ser encontrados na construção da família, da infância, da escola e da sociedade brasileira.

1.2 Família, infância e escola na história do Brasil

No Brasil Colônia, marcado pelo trabalho escravo e pela produção rural para a exportação, o perfil da família tradicional era patriarcal e extensa no qual os casamentos se baseavam em interesses econômicos; à mulher eram destinadas a castidade, a fidelidade e a subserviência. Os filhos eram a extensão patrimonial do patriarca, e que ao nascer dificilmente experimentavam o sabor do acalento e da proteção materna, pois eram alimentados e cuidados pelas amas de leite, geralmente as escravas da família. Logo não havia os conceitos de maternidade e infância de hoje. A autora Sheila de Castro Faria aponta para o fato de que:

A família e não o indivíduo ou o Estado teria sido o verdadeiro fator colonizador do Brasil, exercendo a justiça, controlando a política, produzindo riquezas, ampliando territórios e imprimindo o ritmo da vida religiosa através dos capelães dos engenhos. Podia se sobrepor até mesmo ao rei de Portugal, que reinava sem governar no

¹¹ ARIÈS, 1981, p. 278.

¹² ARIÈS, 1981, p. 278.

¹³ ARIÈS, 1981, p. 279.

trópico. Nas casas-grandes, os filhos, a mulher, os agregados e os escravos estariam inteiramente subordinados ao patriarca onipotente. A família patriarcal era constituída a partir de casamentos legítimos, mas o domínio patriarcal se ampliaria através da mestiçagem e de filhos ilegítimos, resultado do poder sexual do senhor sobre suas escravas e mancebas.¹⁴

Portanto, segundo a autora, a família patriarcal é considerada a verdadeira colonizadora do Brasil, sendo ela que faz a justiça, controla a política, produz riquezas, amplia os territórios e imprime o ritmo da vida, a partir dos capelães dos engenhos. A religião é católica e ela controla os sentimentos, o corpo e a moral. Na casa grande, os filhos, filhas, a esposa, os agregados, os escravos, as escravas estavam subordinados ao poder patriarcal do dono da casa. A família patriarcal vivia de uma dupla moral¹⁵: casamentos legítimos e o domínio do senhor sobre suas escravas e mancebas, gerando filhos ilegítimos, constituindo assim um novo biótipo, criando uma nova identidade nacional, a mestiçagem.¹⁶ No entanto, os estudos históricos demonstram que também havia casamentos nas senzalas. Segundo Joelza Ester Domingues:

Ao contrário, do que se supunha os escravos no Brasil colonial, apesar da opressão do cativo, constituíam famílias estáveis, havendo até aqueles que se casavam na igreja. Os estudos têm demonstrado, também, que famílias de escravos podiam ter acesso à terra para o cultivo de roças e uma casa diferenciada das senzalas coletivas. A interferência do senhor sobre a constituição de famílias entre seus escravos não era expressiva e praticamente se limitava a impedir matrimônios entre escravos de donos diferentes.¹⁷

Portanto, é necessário se dar conta que já no Brasil colonial há diferentes tipos de família e muitas crianças que nasciam eram consideradas ilegítimas. A questão da rejeição e o abandono da criança aparecem na formação do Brasil. Para tanto existiam as rodas, que eram lugares onde as mães deixavam seus filhos para serem adotados, ou na maioria das vezes eram criados por freiras, garantindo assim a essas mães o anonimato de suas identidades. Essa

¹⁴ FARIA, Sheila de Castro. "Família". In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 216-8. DOMINGUES, Joelza Ester. *A Família no Brasil Colonial*. Disponível em: <<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/familia-no-brasil-colonial/>>. - Blog: Ensinar História. Acesso em: 20 mar. 2016.

¹⁵ ROOSEMBERG, Rodrigues Alves. *Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações*. II Seminário de História da Pós-graduação em História UFG/UCG. Área II UCG 14/15/16/setembro 2009, Goiana. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf>. Acesso em: 23 mai 2016.

¹⁶ TADEI, Emanuel Mariano. A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 22, n. 4, Brasília, Dec. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000400002>. Acesso em: 23 mai 2016.

¹⁷ DOMINGUES, Joelza Ester. *A Família no Brasil Colonial*. Disponível em: <<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/familia-no-brasil-colonial/>>. - Blog: Ensinar História. Acesso em: 20 mar. 2016.

postura era adotada por mães que enfrentavam dificuldades para manter seus filhos e filhas, sendo a roda dos expostos sua única saída. As mães escravas, por sua vez, ao entregarem o seu filho ou filha na roda dos expostos viam aí uma possibilidade de livrar seu/sua filho/a da escravidão.¹⁸ Portanto, o abandono e o não cuidado das crianças fazem parte da história da família do Brasil.

No século 19, com a proclamação da República, aparece no Brasil outro modelo de família, antes tinha a intervenção das práticas escravistas, sendo a mulher escrava utilizada como objeto de prazer do senhor, agora com o processo de abolição da escravatura, importa-se para o Brasil o modelo nuclear burguês europeu, pai, mãe e seus descendentes legítimos do casamento, conforme relatam as autoras Luciani Maria Neri da Silva e Lenir Guedes Silva Alves:

A partir das últimas décadas do século XIX, identifica-se um novo modelo de família. A Proclamação da República, o fim do trabalho escravo, as novas práticas de sociabilidade com o início do processo de industrialização, urbanização e modernização do país constituem terreno fértil para a proliferação do modelo de família nuclear burguesa, originário da Europa. Trata-se de uma família constituída por pai, mães e poucos filhos. O homem continua detentor da autoridade e “rei” do espaço público; enquanto a mulher assume a posição que lhe foi destinado desde outrora, porém com novos rótulos eufemísticos: “rainha do lar”, “rainha do espaço privado da casa”.¹⁹

Desde cedo, a menina tinha sua educação focada para desempenhar seu papel de mãe e esposa, e mais tarde, mulher subserviente e assim zelar pela educação dos filhos e pelos cuidados com o lar, denominada “rainha do lar”. A educação da menina estava direcionada ao mundo privado, ao cuidado dos outros, da emotividade, da beleza. A educação do menino o coloca como “rei”, detentor do mundo público, da racionalidade, o provedor, o responsável pelo sustento da família. A partir do referencial de gênero, junto com os referenciais de classe, raça e etnia, percebe-se no Brasil uma grande desigualdade social entre meninos/as do centro e da periferia, da realidade urbana e rural.

Portanto, também foram criadas escolas para os distintos públicos, fortalecendo processos de preconceito e discriminação, criando situações de violência e de segregação social e racial. Este modelo de família e de escolas ainda continua muito presente,

¹⁸ TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Rev. bras. Hist.* vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003>. Acesso em: 26 mar. 2016.

¹⁹ SILVA, Luciani Maria Neri da; ALVES; Lenir Guedes. A família como meio socializador e integrador da aprendizagem de alunos com comportamentos agressivos, *Revista Eventos Pedagógicos*, v.5, n.4, 13. ed., n. regular, p. 67, nov./dez. 2014. Disponível em: <sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/download/1580/1226>. Acesso em: 23 mar. 2016.

apresentando algumas mudanças que são possíveis de perceber, especialmente a partir da Constituição de 1988.

1.3 Constituição de 1988 e a ampliação do conceito de família e do direito à Educação

De acordo com Silva e Alves é possível perceber no âmbito legal que a:

Constituição Brasileira de 1988 aborda a questão da família nos artigos 5º, 7º, 201, 208 e 226 a 230. Trazendo algumas inovações (artigo 226) como um novo conceito de família: união estável entre o homem e a mulher (§ 3º) e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (§ 4º).²⁰

Reconhecendo os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal, os mesmos são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher, conforme artigo 226 no § 5º.²¹ Na família, homens e mulheres, têm os mesmos direitos e os mesmos deveres. No entanto, é possível identificar um aumento significativo de famílias chefiadas por mulheres. Vitale Maria Amália Faller apud Edith Licia Ferreira Felisberto Santana afirma que os laços familiares no Brasil têm sofrido uma progressiva redefinição estrutural. Nesta dialética de transformação da estrutura familiar, enfatiza-se a monoparentalidade feminina, que tem um contingente significativamente maior do que a família monoparental masculina.²² Santana aponta que:

De acordo com dados do IBGE (2008), o índice de domicílios no Brasil em 2007, que tinha em seu perfil a família monoparental feminina, representava 17,4 % em todo o território nacional, ficando atrás apenas das famílias compostas por casal com filhos 48,9 %. Dados mais recentes do IPEA (2010) apontam o percentual de 17,34 % em 2009 de famílias em condição de monoparentalidade feminina.²³

Portanto, aumentaram o número de famílias monoparentais femininas. No entanto, apesar “do grande aumento de famílias monoparentais femininas em nosso país, não foram criadas políticas sociais específicas para este seguimento familiar.”²⁴ De acordo com Eduardo de Oliveira Leite apud Santana :

²⁰ SILVA; ALVES, 2016, p. 67.

²¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 mar. 2016.

²² VITALE, Maria Amália Faller 2002, p. 49 apud SANTANA; Edith Licia Ferreira Felisberto. Família Monoparental Feminina: Fenômeno da Contemporaneidade? *Questões Contemporâneas*, v. 13, n.2, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10618/8518>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

²³ SANTANA, Edith Licia Ferreira Felisberto. Família Monoparental Feminina: Fenômeno da contemporaneidade?, *Questões Contemporâneas*, v. 13, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10618/8518>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

²⁴ SANTANA, 2014. P. 34 .

Enquanto o Direito Civil não institui a família monoparental como sujeito de direito, o poder público não se vê compelido a auxiliá-la. Não reconhecida, não é levada em consideração, o que tende a agravar seu caráter discriminatório no meio social.²⁵

As famílias monoparentais femininas são bastante discriminadas tanto pela sociedade, como também pelo sistema jurídico, e isto afeta, diretamente, não somente as mães, como as crianças e os adolescentes. Elisabeth Roudinesco aponta para esta questão em seu livro “*A família em Desordem.*”²⁶ De acordo com Santana, os poucos programas de transferência de renda para famílias pobres no Brasil, têm como público privilegiado a família monoparental feminina:

Os poucos avanços alcançados fazem referência aos programas de transferência de renda do Governo Federal, como o Programa Bolsa Família, e ainda que não seja específico para a família monoparental feminina, tem na figura da mulher seu público prioritário para receber e administrar o benefício familiar.²⁷

Portanto, tem aumentado famílias chefiadas por mulheres e estas, em sua grande maioria, são pobres e geograficamente residem nas periferias das cidades e elas e suas famílias necessitam de mais políticas públicas sociais concretas. É neste sentido que o Boletim Dieese reflete:

É difícil atribuir uma causalidade direta entre a entrada da mulher no mercado de trabalho e o aumento da chefia feminina de domicílios, principalmente porque ambos movimentos decorrem de inúmeras razões que se ligam entre si: emancipação feminina, maior urbanização, aumento de importância do setor de serviços, importância da renda feminina para complementação da renda familiar, maior desagregação familiar e, até mesmo, opção pessoal, entre outros motivos. Porém, é possível observar as relações entre os dois movimentos e a mais clara delas reside no fato de os domicílios com chefia feminina apresentarem constantemente renda inferior àqueles chefiados por homens. A origem desta menor renda estaria associada ao próprio perfil da chefe de domicílio, geralmente sem cônjuge, com baixa escolaridade e com maior idade, bem como às dificuldades de inserção feminina no mercado de trabalho, que usualmente se expressam pela maior taxa de desemprego, inserções vulneráveis e menores rendimentos.²⁸

Há muitos fatores que apontam para a entrada da mulher no mercado de trabalho. No entanto, o que fica claro é o fato de os domicílios com chefia feminina apresentarem renda inferior do que aqueles lares chefiados por homens. Muitas famílias chefiadas por mulheres são monoparentais, isto é, muitas mulheres estão sozinhas, sem cônjuge, escolaridade baixa, e

²⁵ LEITE, Eduardo de Oliveira apud SANTANA, 2014. P. 45.

²⁶ ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 197.

²⁷ SANTANA, 2014. P. 42.

²⁸ BOLETIM DIEESE Edição Especial – 8 de março – *Dia Internacional da Mulher*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/mulher_chefe.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

na disputa do mercado de trabalho elas, geralmente, realizam serviços com salários muito baixos.

Evoca-se, portanto, a necessidade de uma mudança no conceito de família, pois, tomar o comportamento familiar ocidental como modelo representa simplificar a evidente riqueza da realidade brasileira, em que coexistiram (e ainda coexistem) grupos de variadas origens étnicas, o que referenda de maneira absoluta a inclusão de um enfoque não excludente nos estudos sobre a família.

Essas mudanças nos arranjos familiares estão inter-relacionadas com muitos fatores, como: o aumento das taxas de divórcios e separações conciliatórias, aumento do concubinato, a crescente migração de famílias do campo, efetivando sua mudança para as cidades, o que ocasionou em determinadas regiões um crescimento populacional exacerbado. As referidas mudanças, típicas do século XIX e XX com a urbanização e a industrialização, condicionaram transformações estruturais na forma da família se organizar, resultando em novos arranjos familiares. Portanto, é necessário perceber que há múltiplos tipos de organização familiar.

A família contemporânea é caracterizada pela redefinição de papéis, socialização, relações de solidariedade, relações de afeto. Roudinesco assegura:

Para aqueles que temem mais uma vez sua destruição ou sua dissolução, objetamos, em contrapartida, que a família contemporânea, horizontal e em “redes”, vem se comportando bem e garantindo corretamente a reprodução das gerações.²⁹

Como afirma Roudinesco: “A família do futuro deve ser mais uma vez reinventada.”³⁰ Estas novas configurações nos arranjos familiares também têm implicações com a escola. É interessante perceber que a escola, em certa medida, não está preparada para trabalhar com estes novos arranjos familiares. A relação entre escola e famílias também tem sido uma relação conflitiva. De acordo com Isaias Batista de Oliveira Junior e Eliane Rose Maio: “Outra característica que torna evidente o conservadorismo familiar das escolas está impresso ao estabelecer como parâmetros de aprendizagem a procedência familiar, responsabilizando as novas estruturas familiares pelo desempenho escolar de seus alunos.”³¹ Portanto, também educadores/ras necessitam aceitar e respeitar a diversidade. De acordo com os autores citados:

²⁹ ROUDINESCO, 2003, p. 197.

³⁰ ROUDINESCO, 2003, p. 199.

³¹ DE OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista; MAIO, Eliane Rose. Família e escola: um novo (re)pensar e re(agir) pedagógico. *Revista LABOR*, nº 10, v.1, p. 108, 2013. Disponível em: <http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume10/07_FAMILIA_ESCOLA_NOVO.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

[...] educadores alegam que a família tem estado por trás do sucesso e tem sido culpada pelo fracasso escolar, acusando as famílias pelas dificuldades dos estudantes. Além de possuírem crenças pessimistas sobre as novas configurações familiares, que aliadas a outros aspectos, são caracterizadas como desorganizadas, desviantes e instáveis. Dessa maneira as famílias que não se enquadram no suposto modelo desejado pela escola são consideradas as grandes responsáveis pelas dificuldades escolares. Esses aspectos seguem na contramão de todas as políticas educacionais de integração da família e escola. Uma vez que tende a afastar as entidades familiares que por ela são consideradas desordenadas.³²

As crianças e os adolescentes que não estão dentro do modelo tradicional de família sentem-se excluídas, conseqüentemente o processo de ensino-aprendizagem torna-se comprometido. Isto significa que a escola necessita estar aberta à pluralidade tanto de modelos de família, como de tradição religiosa, de etnia entre outros. É necessário repensar o significado de família e de escola. A família é onde reina o afeto³³, o respeito, a solidariedade e ela pode ser de diferentes formas. Não cabe à escola julgar os/as estudantes pela sua origem familiar. De acordo com De Oliveira Junior e Maio:

É imprescindível que a escola olhe para essas famílias com flexibilidade e bom senso, na tentativa de estabelecer uma ética educacional em que os sujeitos envolvidos em seu processo, possam expressar suas singularidades afetivas, culturais e sociais.³⁴

Portanto, escola e família necessitam encontrar novos caminhos para caminharem juntas no processo pedagógico, de ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes. Claro está que a escola não é a única responsável pela educação criança, esta vem apenas para complementar o papel da família. Como a escola trabalha com grande número de alunos e alunas tem mais facilidade para perceber e entender as dificuldades que a criança apresenta até aquelas que os pais ainda não conseguiram observar e avaliar. Cabe, portanto, à escola deparar com as dificuldades dos/as educandos/as, orientar a família como proceder com o/a filho/a. No entanto, a escola e família necessitam serem parceiras no processo de ensino-aprendizagem.

Quando se estabelece uma boa parceria entre família e escola e se esta for formada desde o início da vida escolar, a criança só tem a ganhar, pois quando os dois lados falam a mesma língua e os mesmos valores os conflitos são trabalhados de forma tranquila no processo de aprendizagem da criança. A família tem sido, é e será a vertente mais eficaz para

³² DE OLIVEIRA JUNIOR; MAIO, 2013, p. 108.

³³ ALVES apud. JUNIOR DE OLIVEIRA, MAIO, 2013, p. 112.

³⁴ ALVES apud. JUNIOR DE OLIVEIRA, MAIO, 2013, p. 112.

o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas, alicerçada pela formação escolar e religiosa. De acordo com Queiroz:

No caminho do autoconhecimento, você pode ajudar seu filho a descobrir que ele se ama, que se aceita, que tem inúmeras qualidades, que se acha bom e belo o bastante, que tem coragem para enfrentar os desafios do cotidiano. Do mesmo modo, pode ajudá-lo a descobrir que sente medo, que está carente, sentindo-se sozinho, ou que está com raiva de alguém, que não acredita em si mesmo, e que é cheio de defeitos, que gostaria de ser diferente do que é.³⁵

A família, independente do modelo como se apresenta, tem uma influência muito grande sobre a formação do ser humano. A família tem um papel crucial quanto à proteção, afetividade e educação das crianças e dos adolescentes. Sem dúvida, as relações familiares, independentemente do meio social em que a criança está inserida, tornam-se as primeiras referências da mesma. Com o passar do tempo, a criança deixa de participar apenas da rotina familiar e começa a frequentar uma nova rotina, que é a escola. É dever de a família participar do processo de escolaridade, sendo de suma importância sua presença no contexto escolar. Lembrando que tal dever é reconhecido na Legislação Nacional e nas Diretrizes de Bases da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, tais como: - O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais ao determinar que “[...] os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.³⁶ Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.³⁷

Portanto, é dever da família se ocupar com o processo de escolaridade da criança: bem como estar presente no contexto escolar. Este dever da família está apoiado no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069, de 13 de junho de 1990), nos artigos 4º e 55º³⁸ e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), artigos 1º, 2º, 6º e 12.³⁹

Não se pode deixar de registrar a iniciativa do Ministério de Educação e Cultura que declarou a data de 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola. Neste dia, todas as

³⁵ QUEIROZ, Tania D. *Educar, uma lição de amor: como criar filhos em um mundo sem valores*. São Paulo: Gente, 2010, p. 104.

³⁶ SILVA, Luciani Maria Neri da Silva; ALVES; Lenir Guedes. A família como meio socializador e integrador da aprendizagem de alunos com comportamentos agressivos, *Revista Eventos Pedagógicos*, s. v. 5, n. 4 (13. ed.), número regular, p. 68, nov./dez. 2014. Disponível em: <sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/download/1580/1226>. Acesso em: 23 mar. 2016.

³⁷ SILVA; ALVES, 2014, p. 68.

³⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. *Estatuto da Criança e do Adolescente & Legislação Congênere*. 11. ed. Vitória, 2011. p. 45-122.

³⁹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. 2011. p. 125-157.

escolas são convidadas os familiares dos alunos para participar de suas atividades educativas, pois, conforme declaração do Ministro Paulo Renato Souza “quando os pais se envolvem na educação dos filhos, eles aprendem mais.”⁴⁰

Assim, é primordial que a escola, sua direção, coordenação, professores e professoras conheçam os alunos/as alunas e as suas famílias. Nesta relação dialógica uma atitude de desinteresse e de descomprometimento pode comprometer profundamente a relação família/escola, e trazer alguns prejuízos para a vida escolar e pessoal dos/as educandos/as. Há de se lembrar de que cada instituição deve saber qual o seu papel nesta caminhada, para que uma não extrapole o espaço de intervenção da outra. Neste sentido a religião é assunto privado de cada família. Na escola a área do conhecimento é o ensino religioso, baseado nas ciências das religiões.⁴¹ No entanto, cada educando/a traz também valores de sua própria religião junto para o ambiente escolar.

Outro ponto, diz respeito à tendência que a escola tem de reduzir a família à figura materna, não propondo atividades que envolvam todos os pares que fazem parte do núcleo familiar, como pais, irmãos e por que não tios e avós e outros pares que dela são parte constituinte. Pois é nesses espaços que vemos como elas se interagem e dialogam entre si, no processo de construção da cooperação e do respeito mútuo, para superarem seus obstáculos. Para isso é preciso ter clareza do que se entende por participação. Segundo Cury “Cada hábito praticado pelos educadores poderá contribuir para desenvolver características fundamentais da personalidade dos jovens.”⁴² Sendo esse o papel do educador no ambiente escolar, assim, a escola torna-se um ambiente adequado para que a criança e o adolescente sintam-se bem. Ainda de acordo com Paulo Freire: “Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”⁴³. Portanto, a educação acontece nas inter-relações que se estabelecem entre família, escola e outros ambientes onde a criança e o adolescente estiverem inseridos.

Conceituar a família, portanto, é algo extremamente complexo, como já se mencionou anteriormente, pois ela é mutante e requer acima de tudo entendimento e conhecimento do novo. Portanto, há novos modelos de família e também novos modelos de escola, como por exemplo, Escola de Tempo Integral, Escola Integrada. No entendimento da ampliação do direito à educação, os governos federal e estadual criaram programas que

⁴⁰ SOUZA, Paulo Renato. *A Revolução Gerenciada: Educação no Brasil. 1995-2002*, São Paulo, Prentice hall, 2005. p. 264.

⁴¹ Veja art. 33 da LDB/96.

⁴² CURY, Augusto Jorge. *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 16.

⁴³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 69.

buscam auxiliar tanto na formação dos valores de cidadania⁴⁴, do respeito e da solidariedade. A garantia à família e à educação é um direito das crianças e adolescentes, é isto que assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.4 Do Código de Menores ao Estatuto da Criança e do Adolescente

O Código de Menores vigorou no Brasil de 1927 até 1990, com a promulgação do ECRriad. Quais são as principais diferenças entre ambos? O que significou o Código de Menores. De acordo com Arantes:

Pela legislação que vigorou no Brasil de 1927 a 1990, o Código de Menores, particularmente em sua segunda versão, todas as crianças e jovens eram tidos como em perigo ou perigosos (por exemplo: abandonado, carente, infrator, apresentando conduta dita anti-social, deficiência ou doente, ocioso, perambulante) eram passíveis, em um momento ou outro, de serem enviados às instituições de recolhimento. Na prática isto significa que o Estado podia, através do Juiz de Menor, destituir determinados pais do pátrio poder através da decretação de sentença de "situação irregular do menor". Sendo a "carência" uma das hipóteses de "situação irregular", podemos ter uma idéia do que isto podia representar em um país, onde já se estimou em 36 milhões o número de crianças pobres.⁴⁵

O Código de Menores de 1979 introduziu o conceito de "menor em situação irregular", que reunia o conjunto de meninos e meninas que estavam dentro do que alguns autores denominam infância em "perigo" e infância "perigosa" e estas crianças poderiam ser enviadas às instituições de recolhimento. O Juiz de Menor poderia também destituir determinados pais do pátrio poder, alegando a situação irregular do menor. A maioria das crianças que estavam dentro deste grupo, considerados "menor em situação irregular", eram pobres. Segundo Liberati:

A declaração de situação irregular poderia derivar da conduta pessoal do menor (no caso de infrações por ele praticadas ou de 'desvio de conduta'), de fatos ocorridos na família (como os maus-tratos) ou da sociedade (abandono). Ou seja, o menor estaria em situação irregular, equiparada a uma 'moléstia social', sem distinguir, com clareza, situações decorrentes da conduta do jovem ou daqueles que o cercavam.⁴⁶

⁴⁴ Cf. LDB/96 Art, 2º "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

⁴⁵ ARANTES, Esther Maria. *De "criança infeliz" a "menor irregular" – vicissitudes na arte de governar a infância*. Rio de Janeiro: NAPE, 1999. p. 258.

⁴⁶ LIBERATI, W. D. *Adolescente e Ato Infracional: medida socioeducativa e pena?* São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. p. 78.

Percebe-se que o Código de Menores apresentava um caráter de discriminação, pois a pobreza estava ligada com uma situação que era considerada irregular dentro da sociedade, encobrindo a desigualdade social sofrida por estas crianças. A criança era vista como menor, e não, como um ser cidadão em construção.

Na década de 80, com abertura do processo democrático, a construção da nova constituição cidadã em 88, e a mobilização e a participação de movimentos sociais se construiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECONIA). O ECONIA foi aprovado no dia 13 de julho de 1990 pelo Congresso Nacional, promulgado sobre a lei 8069/90. O Art. 1º proclama: “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.”⁴⁷ De acordo com o estatuto: “Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único: “Excepcionalmente, nos casos expressos em lei, aplica-se este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.”⁴⁸ O que o estatuto trouxe de novo? A partir da promulgação do mesmo, as crianças e os adolescentes passam a serem vistos como pessoas cidadãs, com direitos pessoais e sociais garantidos. Devido o ECONIA, os governos em seus diferentes níveis são desafiados a implementar políticas públicas dirigidas para este grupo de pessoas. Esta é uma das principais mudanças em relação à legislação anterior, instituída em 1979.

O termo adolescente só é utilizado a partir da homologação do ECONIA, pois antes da promulgação, não havia a divisão entre criança e adolescente, e mais a lei tratava este grupo com a terminologia de “Menor Carente”, reportando-nos ao entendimento de que nossas crianças e adolescentes careciam de algo ou alguma coisa. O antigo Código não tinha compromisso com a solução do problema da criança e do adolescente, preocupava-se apenas em obter soluções paliativas e passageiras, as quais só faziam agravar a situação já existente. A legislação antiga buscava apenas exercer uma regulação dos distúrbios sociais, dos quais os menores eram as principais vítimas, e que tinham sua gênese no seio da própria família, ou perante as omissões e transgressões cometidas pela sociedade e pelo Estado.

Portanto, o ECONIA é um documento que visa o desenvolvimento e a proteção social integral das crianças e dos adolescentes, afirmando os direitos. O Art. 106 deixa muito claro que: “Nenhum adolescente será privado de liberdade senão por flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente”. *Parágrafo único*: “O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua

⁴⁷ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2011. p. 40.

⁴⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2011. p. 40. Artigo 2 do Estatuto da Criança do e do Adolescente.

apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.”⁴⁹ Já o Art. 107 afirma; “A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.” *Parágrafo único*: “Examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de liberação imediata.”⁵⁰ Em relação à internação o Art. 108 diz o seguinte: “A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.” *Parágrafo único*: “A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.”⁵¹

Assim, os casos de infração que não impliquem grave ameaça podem ser beneficiados pela remissão (perdão) como forma de exclusão ou suspensão do processo, de acordo com a Sessão V do ECRIAD – Da apuração de Ato infracional atribuído a adolescentes.. A apreensão se restringe a apenas a dois casos, conforme Art. 172: “O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente”.⁵² Art. 177: “Se, afastada a hipótese de flagrante, houver indícios de participação de adolescente na prática de ato infracional, a autoridade policial encaminhará ao representante do Ministério Público relatório das investigações e demais documentos.”⁵³ Portanto, somente em dois casos que os adolescentes são apreendidos: flagrante delito de infração penal e ordem expressa e fundamentada do juiz. O internamento é aplicado apenas a adolescentes que cometem graves infrações, sendo obedecidos os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento.

Com a promulgação do ECRIAD, portanto, ampliaram-se o compromisso e a responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil para com os adolescentes em situação de ato infracional por soluções eficientes, eficazes e efetivas para o sistema socioeducativo, isto é, oportunidades de desenvolvimento e uma autêntica experiência de reconstrução de seu projeto de vida. Dessa forma, esses direitos estabelecidos em lei devem repercutir diretamente na materialização de políticas públicas e sociais que incluam o adolescente em situação de ato infracional.

Uma das vertentes mais utilizadas na condução deste processo de ressocialização é a Educação, por ser considerada como o alicerce da justiça social, uma vez que através dela oportuniza-se a consolidação de valores que irão perpetuar por toda a vida deste adolescente.

⁴⁹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2011. p. 77.

⁵⁰ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2011. p. 77.

⁵¹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2011. p. 77.

⁵² MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2011. p. 94.

⁵³ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2011, p. 95.

Somente através da escolarização é que o adolescente tem melhores oportunidades de trabalho, e condução de uma vida melhor e mais saudável, isso sem se mensurar que esta é a maior riqueza que qualquer ser humano tem em sua vida, “o conhecimento”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente muda o cenário social em que está inserido o adolescente. A condição econômica deixa de figurar como fator para perda do pátrio poder e para a institucionalização do mesmo. Os órgãos criados pelo ECRIAD, principalmente o Conselho Tutelar, passam a afastar da esfera judicial as situações que flutuam exclusivamente no âmbito social, tal posicionamento demonstra uma mudança na política do Poder Público, deixando de ser de mero controle social, passando a ser de compromisso com o bem estar da criança e do adolescente, objetivando a preservação da célula familiar.

Não obstante a concreta preocupação com o bem-estar do adolescente, o ECRIAD, afastou de vez qualquer resquício de discriminação, seja ela econômica, social ou cultural; diferenciou-se de forma concreta o tratamento do menor em situação irregular, lidando com este de forma diferenciada dos adultos, passou-se a se buscar políticas públicas que atendessem às necessidades dos jovens infratores e a proteção dos seus direitos sem deixar de lado os anseios da sociedade. É importante dizer que este é ainda um processo lento na sociedade.

A Liberdade do adolescente passa a ser de extrema importância só sendo este submetido à institucionalização em situações extremas e mesmo assim pelo mínimo de tempo possível. Órgãos especiais são criados e cidadãos treinados para lidar e atender a criança e ao adolescente em todas as particularidades que lhes são inerentes. Por fim, passa a ter a autoridade competente um enorme leque de medidas aplicáveis que lhe permitirá uma maior flexibilidade na aplicação das medidas sócio-educativas.

Portanto é indubitável que com a vigência do ECRIAD, tanto o Estado como a sociedade em sua totalidade passaram a assumir um compromisso maior com a sua juventude, compromisso este, que cada vez mais deve ser aprofundado e cultuado na busca da tão almejada paz social, e em nome do verdadeiro progresso econômico, pois tais jovens têm indubitavelmente um potencial construtivo que, se bem explorado e direcionado pode ser o motor propulsor que levará a um país e a um mundo melhor. O capítulo seguinte aprofundará o estudo sobre a infância, o adolescente, a casa de semiliberdade Marista, que acolhe adolescentes em situação de ato infracional e a pedagogia utilizada pela mesma.

2 CRIANÇA E ADOLESCENTE NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS, CONFLITOS E PERSPECTIVAS

Neste capítulo destaca-se a ideia de que a criança e o adolescente na sociedade contemporânea são percebidos, muitas vezes, como pessoas difíceis de serem compreendidas e, em muitos casos, são estigmatizados como grandes problemas sociais. Isso faz com que os mesmos busquem experiências desagradáveis com as drogas, conforme destacado no livro *Trilhas interditada: medida socioeducativa uma prática humanizada* do Centro de Educação Marcelino Champagnat: “O tráfico de drogas vem pouco a pouco nos matando, e tristemente acabando com as crianças que deviam estar estudando para ser alguém na vida, sair da armadilha dessa vida bandida”⁵⁴. Esta citação faz parte de um pequeno trecho de uma música composta por educandos em medida socioeducativa⁵⁵, apontando para a relação desigual entre adolescentes e tráfico. A letra da música denuncia além da relação desigual, a cooptação de crianças e adolescentes pelos traficantes, privando-os da escola e do sonho de serem alguém na vida. Como sair desta vida bandida?

Refletir sobre o processo de ressocialização do adolescente em conflito com a lei, portanto, é buscar formas de reinseri-lo no processo educativo. Percebe-se que as formas de repressão, de segregação, e de violência não são instrumentos eficazes para combater e superar a marginalidade na adolescência.

A fase da adolescência consiste em um momento de busca de afirmação da identidade em que, “naturalmente” o adolescente se afasta da família e adere ao seu grupo de iguais, tendo como referência a busca desta tão sonhada identidade. Na intenção de buscar uma intervenção mais eficiente Natalino Guilherme relata: “Eles falam sobre o desejo de comprar tal tênis, tal blusa, de, pelo menos, ser notado. Se ninguém me nota pelo que eu sou, me notam pelo que tenho. É a sociedade induzindo ao consumismo. Compro, logo existo”.⁵⁶

Os adolescentes para obterem bens de consumo acabam entrando em contato com as drogas, expondo-se assim a muitos riscos. O encontro e o desencontro do adolescente com a droga é um fenômeno muito mais frequente do que se pensa e, por sua complexidade, difícil de ser abordado, muitas vezes, dentro do próprio seio familiar. Momento em que as buscas nas relações extras familiares lideram o processo de formação da identidade adolescente. As

⁵⁴ UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE: *Trilhas interditadas: medida socioeducativa uma prática humanizada*. Belo Horizonte: UBEE – Província Marista do Brasil Centro-Norte – União Brasileira de Educação e Ensino, 2004. p. 18

⁵⁵ UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE, 2004, p. 18. Trecho da música composta por educandos da Oficina de Rap do CrerSendo).

⁵⁶ UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE, 2004, p. 39

Constituições hodiernas apresentam capítulos específicos sobre os direitos da criança e dos adolescentes, como se apontou no primeiro capítulo. O ECRIAD apresenta em seu art. 3º a seguinte redação:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.⁵⁷

O art.7º, complementando a mesma Lei, descreve: “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida, e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.”⁵⁸

Por esse motivo hoje se tem buscado fazer com que os direitos infanto-juvenis tenham efetivo exercício e aplicabilidade, para somente assim potencializarmos o efetivo processo de reinserção social durante o momento da privação da liberdade, não se limitando a esse momento uma mera advertência onde eles, não compreendem ou fingem não entender o contexto de aplicação daquela medida, em face da situação do ato cometido. Há de se salientar também que os governos têm adotado políticas públicas que proporcionam trazer a proteção à criança e ao adolescente na sociedade, como por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, criança é todo ser humano menor de dezoito anos, de acordo com Evaldo P. de Souza Pulcinelli.⁵⁹ Como já visto, anteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, no art. 2º, considera que criança é a pessoa que possui idade inferior a 12 anos completos e os adolescentes se enquadram na faixa etária entre 12 e 18 anos de idade. Conforme afirma Maria Berenice Dias: “Com essas novas terminologias o Brasil supera a ideia de que sua infância e adolescência careciam de algo ou alguma coisa, como em outrora era o entendimento⁶⁰”. Porém, tanto criança quanto adolescente são pessoas que se encontram em desenvolvimento físico, mental, psicológico, social.

⁵⁷ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2011, p. 40.

⁵⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2011, p. 41.

⁵⁹ PULCINELLI, Evaldo Paulo de Souza. *O Processo de inclusão social do adolescente em conflito com a lei no município de Ariquemes – Rondonia*. Trabalho Final Mestrado Profissional. São Leopoldo: Faculdades EST, 2011. p. 19

⁶⁰ DIAS, Maria Berenice. *Manual de direitos das famílias*. 9. ed. Rio de Janeiro: Tribunais, 2009. p. 26.

A doutrina da proteção integral incita alguns princípios fundamentais de aplicação efetiva, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na construção de novos sujeitos de direitos: crianças e adolescentes. Com isso foi possível perceber no primeiro capítulos, esses sujeitos nem sempre “existiram” conceitualmente haja vista que as categorias criança e adolescente foram construídas histórica e socialmente conforme a época e a sociedade. Esses conceitos criados legalmente constituíram as crianças e os adolescentes como pessoas de direitos, pois o termo “menor carente” reportava a ideia sugestiva de que os mesmos (os menores) careciam de algo ou alguma coisa, ligando-os, geralmente, ao crime e à delinquência.⁶¹ Michel Foucault remete ao significado do papel do criminoso no caso de punição:

O papel do criminoso na punição é reintroduzir, diante do código e dos crimes, a presença real do significado, ou seja, dessa pena que, segundo os termos do código, deve estar infalivelmente associada à infração. Produzir com abundância e com evidência esse significado, reativar desse modo o sistema significante do código, fazer funcionar a ideia de crime como um sinal de punição, é com essa moeda que o malfeitor paga sua dívida à sociedade. A correção individual deve então realizar o processo de requalificação do indivíduo como sujeito de direito, pelo reforço dos sistemas de sinais e das representações que fazem circular.⁶²

Através da correção individual, isto é, pela punição, se requalificava o indivíduo. Desta forma, buscou-se também requalificar os menores carentes. Foucault aponta ainda para o fato de que: “O condenado, depois de ter andado muito tempo exposto, humilhado, várias vezes lembrado do horror de seu crime, é oferecido aos insultos, às vezes aos ataques dos espectadores”⁶³. Em relação a este entendimento, algumas formas de tratamento se alteraram. No entanto, um adolescente que entra para a marginalidade, ainda hoje, é humilhado, sempre de novo lembrado dos horrores dos seus crimes. Entrar para a marginalidade significa para o adolescente permanecer à margem da sociedade.

O preço que adolescentes pagam por um ato infracional, pode custar anos de suas vidas, cuja consequência pode ter como destino estar condenado ao submundo, ao crime, às drogas, à prostituição, entre outros. Neste contexto Howard Zehr afirma que a justiça retributiva se preocupa com o passado: “O julgamento ou a confissão de culpa formam o

⁶¹ ROSA, Edinete Maria. TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. A Produção das infâncias e adolescências pelo Direito. In JACÓ-VILELA, AM.; SATO, L., (Orgs.) *Diálogos em psicologia social [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012, p. 269. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaca-9788579820601-18.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2016.

⁶² FOUCAULT, 1997, p. 105-106

⁶³ FOUCAULT, 1997, p. 49.

clímax dramático, tendo a sentença como desenlace. Assim, a justiça se preocupa com o passado em detrimento do futuro”⁶⁴.

Esta conjuntura tem causado uma grande inquietação entre os juristas, refletindo na busca de uma nova implantação dentro do sistema judicial, com o objetivo de proporcionar aos adolescentes um melhor tratamento, tendo em vista o futuro e não o passado. Neste sentido, a chamada *justiça restaurativa* vem para substituir a *justiça retributiva*, é a tentativa deste novo viés aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça através da Resolução 225 de 31 de maio de 2016, a qual traz diretrizes que deverão ser implantada pelos Tribunais de Justiça Estaduais, como uma das vertentes para reparação do dano causado à sociedade civil.⁶⁵ Com esse novo entendimento procura-se propor ao condenado não a remissão de sua pena, mas sim que ele entenda a reparação ou se instale a restauração dos vínculos perdidos com o ato infracional praticado. De acordo com Zehr a justiça restaurativa envolve a vítima, o ofensor e a comunidade: “O crime é uma violação de pessoas e relacionamentos. Ele cria a obrigação de corrigir os erros. A justiça envolve a vítima, o ofensor e a comunidade na busca de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança.”⁶⁶

Neste novo arranjo jurídico, percebe-se que o mais importante é restabelecer os vínculos para que aconteça a reinserção do adolescente em conflito com a lei. Ao mesmo tempo potencializa sua reflexão sobre o ato infracional, face as suas ações diante de uma sociedade que se limitava a julgá-lo e simplesmente condená-lo sem se preocupar com o seu real processo de reinserção na sociedade e a remissão ao ato causado. A seguir, reflete-se sobre a infância para consolidação da juventude, adolescências, a casa de semiliberdade masculina marista que é parceira no projeto de justiça restaurativa, destacando a pedagogia utilizada pela a mesma para a reinserção dos adolescentes em suas famílias, na escola e, inclusive, no mercado de trabalho.

2.1 Infâncias – Entender, compreender para consolidação da juventude

Falar na infância esta que é, sem dúvida, a fase da vida onde o comportamento é influenciado e determinado pelas suas relações com os adultos mais próximos, o qual

⁶⁴ZEHR, Howard. *Trocando as lentes: Um novo foco sobre o crime e a justiça restaurativa*. São Paulo: Palas Athena, 2008. p. 69.

⁶⁵ Cf. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225/Coordenação*: Fabrício Bittencourt da Cruz - Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/08/4d6370b2cd6b7ee42814ec39946f9b67.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

⁶⁶ ZEHR, 2008, p. 170-171.

obviamente acaba-se por tornar suas melhores e quem sabe única referência. Neste processo geralmente, mães, pais, muitas vezes, avós e avôs são responsáveis, quase que diretos, pela maneira como a criança em formação reage, pensa e responde. Segundo Maria Luiza Newlands Silveira, “as crianças são como esponjas. Absorvem tudo o que fazemos tudo o que dizemos mesmos quando não nos damos conta de que estamos ensinando”⁶⁷. Se esta é uma realidade pedagógica, então como se ensina? Segundo Pulcinelli:

É consenso que não existe uma fórmula ou uma receita pronta de como devemos criar nossos filhos, o que se percebe é que na grande maioria das vezes se reproduz a educação obtida pelos pais, muitas vezes severas e até cruéis, do ponto de vista físico e emocional, dentre outra forma. Mesmo quando não se quer reproduzir o que passou, acaba-se tendo comportamento generoso e liberal, não impondo limites, o que faz com que a busca desse equilíbrio talvez seja a maior angústia de pais e mães na atualidade.

Vale à pena lembrar que estamos no século XXI e nossos adolescentes de hoje, crianças de ontem, estão inseridos num contexto familiar totalmente diferente dos vividos pelos seus pais e avós. A estrutura familiar não é mais a mesma, a mãe não é mais aquela que vivia apenas para cuidar da casa e dos filhos, o número de mães que criam seus filhos e filhas sozinhas, sem a figura do pai, é cada vez maior, além de encontrarmos uma situação ainda mais recente que são aquelas criadas por pais do mesmo sexo. Na verdade, é grande o número de crianças que sofrem algum tipo de abuso já no ambiente doméstico da casa, e vale salientar que esse abuso nem sempre é o comumente citado, que é o sexual.⁶⁸

Portanto, o autor citado aponta para o fato de que muitas crianças estão sujeitas a muitas dificuldades sejam sociais, de abandono ou de violência no seio da família. Muitas crianças sofrem abuso no ambiente familiar e este, muitas vezes, é sexual. Silveira afirma : “o vínculo pais-filho pressupõe uma hierarquia em que duas pessoas adultas resolvem ter uma criança pela qual serão responsáveis até crescer [...]”⁶⁹. A responsabilidade dos pais implica amparo, cuidado com a saúde, alimentação, vestimenta e educação. No entanto, muitas crianças não experimentam este tipo de cuidado, mas sim, experimentam abuso sexual, sendo vítimas de violência doméstica. Silveira aponta para algumas formas de abuso infantil:

Abuso sexual: é o abuso que mais envergonha, é mais freqüente do que se imagina e envolve a família inteira. Envolve não só o fato de um ou ambos os pais obrigarem a criança a manter relações sexuais físicas com ele(s), mas também formas de ultraje, tais como: INTIMIDAR SEXUALMENTE – criar situações em que a criança vê ou ouve coisas que não quer, não pode entender, ou que a envergonham. É o caso de crianças que por “descuido” dos pais, ouvem ou observam suas relações sexuais [...] Abuso físico - qualquer tipo de punição física: bater, espancar, puxar cabelos, beliscar, trancar no quarto escuro, etc [...] Abuso emocional – resulta de uma confusão de fronteiras dentro da família e de uma reversão da ordem da natureza: são as crianças que tomam conta de seus pais e não o contrário. Não é só casos de

⁶⁷ SILVEIRA, Maria Luiza Newlands. *As crianças aprendem o que vivenciam*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2009. p. 16.

⁶⁸ PULCINELLI, 2011, p. 21-22.

⁶⁹ SILVEIRA, 2009, p. 21

filhos de alcoólatras, depressivos graves etc., mas ocorre na maior parte das famílias ditas “normais”.⁷⁰

Portanto, conforme a autora, o abuso sexual é o que mais causa vergonha na criança. Crianças também são abusadas física e emocionalmente. Sofrem dentro de seu próprio lar, ambiente no qual deveriam ter toda a proteção necessária para seu desenvolvimento pleno, para que ela tenha uma juventude sem danos físicos, morais ou psicológicos. Elas também são exploradas como força de trabalho. É na família que se criam relações de pertença. E é justamente neste espaço que ela é fragilizada.

Por isto que muitas crianças buscam estabelecer vínculos de pertencimento com o mundo das drogas, da prostituição, entre outros caminhos sombrios e muitas vezes sem volta. Pois a criança, sentindo-se abandonada e abusada na família, procura outros grupos de pertença. De acordo com Rosa Cukier “nessas circunstâncias, ela se sente completamente abandonada, órfã, e solitária, porque na hora em que o abuso ou negligência acontece, e os algozes são os próprios pais, em quem mais eles podem confiar?”⁷¹ É necessário lembrar, conforme Pulcinelli, que também as famílias, em muitos casos, são vítimas, pois em sua grande maioria pertencem às classes sociais pobres, vivendo à margem da sociedade, sem oportunidades. Esta situação compromete a vida e a educação das crianças.⁷²

No entanto, a constituição de 1988 garante a educação das crianças até a adolescência. A constituição de 1988 firma-se na consciência cidadão do ser humano. De acordo com Edson Teixeira de Melo:

A Constituição de 1988 é antropocêntrica, destaca como objetivos principais a construção de uma sociedade livre, justa e soberana, a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza. Neste aspecto, destaca-se que a Magna Carta reconhece que somos um país pobre, ao colocar a erradicação da pobreza como um de seus objetivos.⁷³

Os objetivos da Carta Magna do Brasil são a construção de uma sociedade livre, justa e soberana, a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza. Portanto, a partir da Constituição de 1988 reconhece-se que o Brasil é um país pobre, desigual.

⁷⁰ SILVEIRA, 2009, p. 22.

⁷¹ CUKIER, Rosa. *Sobrevivência emocional: as dores da infância revividas no drama adulto*. São Paulo: Ágora, 1998. p. 28.

⁷² PULCINELLI, 201, p. 22.

⁷³ MELO, Edson Teixeira de. *Princípios constitucionais do Direito de Família*, 2006, p. 23. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9093/principios-constitucionais-do-direito-de-familia>>. 2006. Acesso em: 14 nov. 2016.

A Constituição de 1988 no título VIII, denominado *Da ordem social*, do capítulo VII, contempla a proteção da família, da criança, do adolescente e do idoso. O caput do artigo 220 determina que, por constituir a base da sociedade, a família deve ter especial proteção do Estado, o que significou um avanço importante considerando-se a maioria da população do país. Neste sentido, que o Congresso Nacional aprovou a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), hoje tendo efetivado como sigla ECRID, que de origem é O Estatuto da criança e do adolescente por entenderem que a primeira sigla “ECA” trazia uma abordagem tanto depreciativa, quanto degenerativa das garantias reais dos Direitos da Criança e do Adolescente, por isto ECRID.⁷⁴ Ocorre, no entanto, que se está longe de conseguir implementar a dignidade humana, no Brasil, como a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente determinam que seja estabelecido.

Esse fato pode ser visto quando entre a promulgação da Constituição de 1988 e o ECRID, o então Presidente da República Itamar Franco sancionou em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - que trata no seu capítulo I das definições e dos objetivos de tal assistência:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.⁷⁵

Portanto, a LOAS objetiva o enfrentamento da pobreza, tendo em vista a universalização dos direitos sociais. Segundo as autoras Edinete Maria Rosa e Eda Terezinha de Oliveira Tassara:

⁷⁴ Cf. ROSA, Edinete Maria. TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. A Produção das infâncias e adolescências pelo Direito. In JACÓ-VILELA, AM.; SATO, L., orgs. *Diálogos em psicologia social [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 269, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-18.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2016.

⁷⁵ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - capítulo I*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 22 Mai. 2016.

a Lei Orgânica de Assistência Social —LOAS— traz como um dos princípios a sua universalização mesmo que fundamentalmente, os direitos sociais seriam para aqueles que estão em condições sociais desiguais em relação aos demais. Nesse âmbito o Estatuto da Criança e do Adolescente rompeu com uma tradicional forma de entender e realizar a assistência à infância e juventude no Brasil, principalmente, ao assegurar à universalização desses direitos, colocando todos aqueles que estão abaixo da idade de 18 anos sob a mesma condição jurídica.⁷⁶

A LOAS vem para reforçar aquilo que já está garantido na Constituição Federal. No entanto, a efetividade das políticas públicas de assistência social ainda é mínima e desarticulada. As famílias pobres, marginalizadas, excluídas, devido à desigualdade social ainda são vistas como um perigo para a sociedade. Os pobres continuam sendo marginalizados e segregados e quando são negros são vistos ainda com maior desconfiança. Dentro desta situação que as crianças pobres, em sua maioria, se desenvolvem, com muito poucas oportunidades também de terem uma educação com qualidade. Isto virá afetar, especialmente, o desenvolvimento da adolescência.

2.2 Adolescências – inquietações e vulnerabilidade social

De acordo com Pulcinelli, quando se fala em adolescência, imagina-se um verdadeiro vulcão que se encontra em constante processo de ebulição devido aos hormônios aflorados e prontos para desabrochar. Vivenciar, passar e avançar nesta fase da vida sem nenhum tipo de crise é quase impossível, pois o corpo em transformação remete também à mente que está evoluindo concomitantemente. De acordo com a condição social na qual esse adolescente está inserido, pode ser determinante para suas escolhas e atitudes, por conseguinte, suas implicações também, uma vez que as relações que este estabelece nesta etapa de sua vida, se não bem acompanhadas pelos seus familiares podem ser muito traumáticas e irão representar um processo conturbado na formação de seus valores pessoais e morais, colocando-os à margem da sociedade.⁷⁷

É importante entendermos o que vem a ser esta fase da vida e quais as características físicas, psíquicas e sociais que se associam a adolescência. Silveira sustenta:

A adolescência é uma etapa de conflitos e contradições para a maioria das pessoas. O jovem entra no mundo adulto através de profundas alterações no seu corpo, deixa para trás a infância e é lançado num mundo desconhecido de novas relações com os pais, com o grupo de iguais e apresenta forte angústia, confusão e sente que ninguém o entende que está só e que é incapaz de decidir corretamente seu futuro. Isto ocorre, principalmente, se este jovem estiver inserido em um grupo familiar que também

⁷⁶ ROSA; TASSARA, 2012, p. 272.

⁷⁷ Cf. PULCINELLI, 2012, p. 24.

está em crise por separação dos pais, violência doméstica, alcoolismo de um dos pais, doença física ou morte. Estando completamente sem apoio no meio familiar, pode buscar desesperadamente o apoio de um grupo de iguais, o qual pode ser constituído de jovens problemáticos ou francamente delinquentes. Sem o suporte da família e entre amigos que são fonte insuficiente de apoio, encontramos o ambiente favorável para o desenvolvimento da depressão do adolescente.⁷⁸

Portanto, a adolescência é uma etapa de contradições e de afirmações na vida de cada pessoa. É necessário conviver com as mudanças no corpo. Deixa-se para trás a infância e se inicia novos relacionamentos. No entanto, é um tempo de indecisão, de angústias. O futuro é incerto. Os/as adolescentes/as têm muitas perguntas e dúvidas.

Se a pessoa, nesta fase da vida da adolescência, estiver sem apoio familiar ela facilmente irá encontrar apoio no grupo de amigos, que podem estar envolvidos com drogas ou podem, inclusive, serem jovens delinquentes. Portanto, muitas pessoas jovens também caem em depressão, pois não se sentem apoiadas, incentivadas em suas ansiedades por suas famílias. O apoio familiar é fundamental nesta fase da vida. Jovens adolescentes que vêm de famílias desestruturadas irão sentir e sofrer muito mais as consequências da falta de apoio familiar.

Segundo Pulcinelli, o (...) “sistema capitalista é seletivo, o modo como ele se apresenta para esse adolescente é um fortalecimento de uma sociedade do consumo” (...) ⁷⁹. Portanto, o sistema capitalista cria necessidades de consumo, as quais, geralmente, a família não consegue suprir. A realidade do consumo contribui para a criação de jovens delinquentes, pois o querer ter determinados objetos os leva a roubar e, muitas vezes, inclusive a matar. Possuir um celular ou um tênis de determinada marca é um sinal de status, de reconhecimento. As consequências, portanto, deste sistema que exclui e julga o adolescente se mostra principalmente nas famílias, nas escolas, nas ruas e nos espaços religiosos. Sem dúvidas, causa perplexidade e tristeza, quando se constata que adolescentes na faixa etária entre 14 e 20 anos, da periferia brasileira, e de classe média baixa se encontram entre aqueles considerados delinquentes. Será que é justamente a construção da identidade, na adolescência, é marcada pelo conflito “SER” versus “TER”? Essas relações de troca e poder, não são de agora. Vejamos uma citação da obra *Ético para meu filho*, de Fernando Savater:

[...] Mas, cuidado, pois às vezes a vontade nos faz perder em vez de ganhar. A propósito, um exemplo.
Não sei se você leu muito a bíblia. Ela está cheia de coisas interessantes, e não é preciso ser muito religioso – você sabe que sou muito pouco – para apreciá-la. No primeiro capítulo de seus livros, o Gênesis conta-se a história de Esaú e Jacó, filhos

⁷⁸ SILVEIRA, 2013, p. 27.

⁷⁹ PULCINELLI, 2012, p. 25.

de Isaac. Eles eram irmãos gêmeos, mas Esaú havia saído primeiro do ventre de sua mãe, o que lhe conferiu o direito de primogenitura: ser primogênito naquele tempo não era coisa sem importância, pois significava estar destinado a herdar todas as posses e privilégios do pai. Esaú gostava de caçar e de se aventurar, ao passo que Jacó preferia ficar em casa, preparando de vez em quando algumas delícias culinárias. Certo dia Esaú voltou do campo cansado e faminto. Jacó havia preparado um suculento cozido de lentilhas, e o irmão, assim que sentiu o aroma, ficou com água na boca. Com muita vontade de comer o guisado, pediu a Jacó que lhe oferecesse um prato. O irmão cozinheiro concordou, dizendo, no entanto que não seria de graça, mas em troca do direito de primogenitura.”⁸⁰

Nesse contexto, vemos que, desde que o mundo é mundo, o interesse sempre se sobrepõe aos princípios de valores éticos e da própria construção da moralidade, portanto a relação de pertencimento nos remete a experiências que podem culminar em atos infracionais por parte de adolescentes que sentem a falta de vínculos familiares afetivos, por quererem ter algo que em dado momento não lhes foi possível. Nesse contexto vamos procurar entender como se processa as relações de pertencimento de jovens em ato infracional e a sua reinserção social, dentro da pedagogia de ressocialização da Casa de Semiliberdade Masculina Marista, localizada no município de Vila Velha.

2.3 Casa de Semiliberdade Masculina Marista no Município de Vila Velha

A Medida Socioeducativa de Semiliberdade se insere na Doutrina de Proteção Integral ao Adolescente, prevista no ECRID e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE, que estabelece como primeira diretriz a prevalência da ação socioeducativa sobre o aspecto meramente sancionatório. E sob esta perspectiva que se afirma a Casa como espaço socioeducativo na qual o adolescente autor do ato infracional tem acesso a atividades diversificadas, em sintonia com seu histórico pessoal e suas potencialidades e, acima de tudo, respeitando sua condição de ser humano em desenvolvimento, com intencionalidade pedagógica explícita, buscando construir o ser cidadão.⁸¹ A pedagogia socioeducativa desenvolvida na Casa Marista de Semiliberdade aglutina aspectos eminentemente socioeducativos, na busca de efetivação da proteção integral, com oportunidades de acesso à formação, à informação e à profissionalização dos adolescentes e jovens encaminhados pela Central de Medidas Socioeducativas - CEMESE. A medida socioeducativa de internação está prevista no Art. 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECRID: “A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos

⁸⁰ SAVATAR, Fernando. *Ética para meu filho*. Trad. Mônica Stahel. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2012. p. 51-52.

⁸¹ UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE, 2004, p. 39-41.

princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

O relato a seguir se baseia nos manuais de atendimento da educação de Semiliberdade implementada na Casa de Semiliberdade Marista a princípio no Centro Marista CrerSendo, este que foi trabalho pioneiro realizado pelos irmãos Marista em Belo Horizonte, no ano de 2000 conforme destaca o Ir. Benito Arbués: “é um olhar de fé que faz com que as realidades do mundo, da história e o resto das pessoas adquiram novo significado e transcendam o contemplado”.⁸²

O viés do trabalho do Centro Marista CrerSendo traz como proposta justamente as intervenções expostas justamente na LOAS, possibilitando através dessas intervenções que o adolescente acompanhado no Centro após seu desligamento possam retomar seus caminhos em condições dignas, sem novamente lidar com a interdição. Salientamos que as mesmas diretrizes implantadas em 2000, no Centro Marista crerSendo, tornar-se-iam no ano de 2008 o referencial para as propostas educacionais da Casa de Semiliberdade Marista em Vila Velha. De acordo com o relatório:

Fundada em 2008, na cidade de Vila Velha/ES, a Casa Marista de Semiliberdade tem o objetivo de atender adolescentes que cometeram ato infracional e cumprem medida socioeducativa. A instituição busca o estabelecimento ou o reestabelecimento dos vínculos familiares, escolares, comunitários e com o mundo do trabalho. Propõe a construção de projeto de vida diferenciado, com novas alternativas para o adolescente em conflito com a lei, com a ruptura de paradigmas como exclusão, marginalização, negligência e violência.⁸³

Na proposta de intervenção o técnico e educadores Sociais – no atendimento inicial têm como objetivo a possibilidade de o adolescente que cometeu ato infracional retomar seus estudos e ter acesso a oportunidades de profissionalização, com vistas à reconstrução do seu Projeto de Vida e à construção de novos horizontes que superem a situação de exclusão e assegurando-lhe a reinserção social, e evitando, desse modo, a reincidência na prática de atos infracionais. Um aspecto importante é a retomada dos vínculos familiares. Essa perspectiva se opõe frontalmente à concepção de medida socioeducativa como cura das patologias, que este considerava o ato infracional como uma manifestação patológica do adolescente. Tendo o ato infracional, nesta concepção, um fundo biológico ou psíquico, o adolescente infrator deveria ser curado mediante um tratamento especializado.

⁸² UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE, 2004, p. 11.

⁸³ UNIAO MARISTA DO BRASIL. Relatório Social do Brasil Marista, Brasília, 2014. p. 44. Disponível em: <http://www.umbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/09/RELAT%C3%83%E2%80%99CRIO-SOCIAL-2014_WEB.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

Na doutrina da Proteção Integral, ao contrário, conforme já visto, o delito é visto sob perspectiva da justiça restaurativa, ou seja, como reação humana a qual a sociedade atribui um sentido determinado, sujeito a variações culturais, reações e consequências relacionadas a fatores geográficos, históricos e temporais, alterando o comportamento dos adolescentes, em seu processo de formação. Isto significa que o ato que é passível de punição, no Brasil, pode não sê-lo em outro contexto. Em termos práticos, considera-se o delito como ato resultante de falhas no processo de educação e socialização do adolescente, o que acaba por comprometer seu desempenho individual e social – e conseqüentemente, sua atuação como pessoa e como cidadão.

Nessa ótica, a medida socioeducativa de semiliberdade não visa à cura de uma patologia, como na perspectiva anterior, mas a construção e vivência da cidadania, por meio de estabelecimento ou reforço dos laços do adolescente com sua família, escola, religião, comunidade e de mais esferas que compõem a sociedade.⁸⁴ Nesta direção, Bruce afirma:

Quando eles firmarem posição, não a rejeite. Quando atacarem suas ideias, não as defenda. Quando atacarem você, não contra-ataque. Quebre o círculo vicioso se recusando a reagir. Em vez de revidar, desvie-se do ataque e o direcione para o problema. Assim como nas artes orientais do judô e do jiu-jítsu, evite fazer resistência direta à força deles em favor de seus propósitos. Em vez de resistir à força, canalize-a para a exploração de interesses, a invenção de opções de ganho mútuo e a busca de padrões independentes.⁸⁵

Dessa forma, a Casa Marista de Semiliberdade busca cumprir seu papel socioeducativo considerando o adolescente no ato de cumprimento da sua medida ou como ator social, articulador da própria ação ressocializante, em ambiente de semiliberdade. Entende que a equipe de educadores tem a função de propiciar as condições necessárias à recuperação e ressignificação das ações que levaram o adolescente à criminalidade e que o protagonista deste processo é o adolescente. Daí a necessidade de que o processo educativo se ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica.⁸⁶

O Projeto Socioeducativo da Casa de Semiliberdade, levando em conta a realidade da Grande Vitória, é firmado no seguinte documento: Vidas adolescentes e parcerias pela vida, proposto pela União Brasileira de Educação - Marista e traz toda a experiência dos irmãos maristas no respeito da trajetória individual de cada adolescente como referência de partida para o desenvolvimento de educação problematizadora que se funda justamente na relação

⁸⁴ Cf. UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE, 2004, p. 38.

⁸⁵ PATTON, Bruce. *Como chegar ao sim como negociar acordos sem fazer concessões*. Rio de Janeiro: solomon, 2014, p. 114.

⁸⁶ Cf. UNIAO MARISTA DO BRASIL, 2014. p. 44.

dialógico-dialética entre educador e educando, ambos aprendendo juntos.⁸⁷ Nesta relação, o educando é entendido como sujeito capaz de projetar-se, discernir e conhecer a si mesmo, ao outro e ao universo que o circunda. O educador é o grande estimulador desse processo a partir da sua prática e vivência dos valores da fraternidade, igualdade e solidariedade.⁸⁸

A questão de fundo, como em todo processo socioeducativo, é a problematização sobre o tipo de homem e mulher que se quer formar, e que tipo de sociedade esta formação ajudará a construir. Ou seja, qual relação há entre educação e a transformação da sociedade? O que permite perceber os limites e a eficácia da ação educativa?⁸⁹ Como afirma Bassedas: “ao avaliar estas intervenções diretas e individuais com o socioeducando não estamos propondo um trabalho terapêutico, mas o objetivo é fazer do mesmo o protagonista do seu crescimento”.⁹⁰ Nessa interação, todos precisam assumir suas responsabilidades e cumprir o papel que lhes cabe como membros da Comunidade Socioeducativa, para que se efetivem os objetivos e metas propostos, assim como para construir uma nova visão da Socioeducação.

A Casa Marista de Semiliberdade, fundamentada em Paulo Freire, considera os adolescentes como sujeitos capazes de construir sua própria história e reconhece suas potencialidades e razão de ser, independente do ato infracional cometido.⁹¹ Por isso, as atividades pedagógicas buscam ajudar o adolescente, conforme marco legal e as orientações metodológicas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE e têm como premissas valorizar e respeitar o outro, buscando o seu desenvolvimento física e mentalmente, ter sensibilidade para o belo e para a expressão corporal de saúde por meio de hábitos de higiene, esporte, arte, lazer sadio e cuidado com o ambiente natural e urbano. Prevalece como primeira diretriz a ação socioeducativa sobre o aspecto meramente sancionatório.⁹²

Esta proposta tem como base a concepção de educação marista, que busca maneiras inovadoras para que os adolescentes:

- . Fortaleçam sua autoestima e o orientar para a vida;
- . Tenham uma educação do corpo, da mente e do coração, adequadas à faixa etária, às necessidades individuais e ao contexto social;
- . Sejam motivadas a ser, em suas comunidades, agente de transformação social, e mais conscientes da interdependência das nações;

⁸⁷ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE. *Vidas Adolescentes e parcerias pela vida: A experiência marista na execução da Medida Socioeducativa de Semiliberdade (Espírito Santo)*. União Brasileira de Educação e Ensino Brasil – Brasília: UBEE, 2011. p. 6-7.

⁸⁸ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 39.

⁸⁹ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 39.

⁹⁰ BASSEDAS, Eulália. *Intervenções Educativas e diagnósticas Psicopedagógico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 93.

⁹¹ FREIRE, Paulo ap. D'ARTAGNAN; ABRITTA (Coords.), 2011, p. 39.

⁹² UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 41.

- . Alimentem sua fé e compromissos como servos de Jesus e exemplos para outros jovens;
- . Despertem seu espírito crítico e façam opções baseadas nos valores evangélicos.⁹³

É premissa fundamental, no trabalho socioeducativo, considerar que o adolescente na Casa Marista de Semiliberdade não deixou de ser adolescente porque cometeu ato infracional. O reflexo do trabalho desenvolvido na Casa de Semiliberdade Marista é visto no relato do adolescente de 14 anos, JCL que cumpriu prestação de serviço comunitário durante 03 meses, onde relata:

Apreendi também com os livros, pois cumpri a medida em uma biblioteca, e o acesso aos livros ficou mais fácil. Apreendi com o pessoal da Casa de Semiliberdade, que, em nenhum momento, deixou de me dar atenção e sempre me ensinou algo. Mas, principalmente, aprendi comigo mesmo que sou capaz de errar como qualquer ser humano, mas que nem todos os seres humanos são capazes de corrigir seus erros ou a si mesmos. Hoje posso assumir que errei, mas, por causa desse erro, tive tantos acertos que o erro acabou tornando desprezível. Eu sei que nada na vida é fácil, mas, quando se quer com vontade, força e determinação é possível corrigir.⁹⁴

O adolescente em ato infracional continua vivenciando todas as mudanças e definições próprias desta etapa de desenvolvimento, com um fator complexificador que é a situação de ter cometido infração e a conduta transgressora. Por isso as atividades desenvolvidas têm como intencionalidade a educação para a autonomia do adolescente e sua responsabilidade para consigo mesmo e para com a coletividade. Na programação e planejamento das atividades, são considerados os aspectos pedagógicos sociais e psicológicos dos adolescentes.⁹⁵

Nessa perspectiva, a proposta pedagógica, a partir do diagnóstico dos Estudos de Caso e da elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA, contempla atividades diversificadas, de forma a trabalhar questões sociais, familiares, afetivas e religiosas para a afirmação e construção de valores positivos e da ressignificação do ato infracional e de possíveis situações de exclusão social vivenciadas pelo adolescente até sua apreensão judicial.⁹⁶

A filosofia pedagógica da Casa de Semiliberdade Marista traz para os adolescentes em cumprimento de ato infracional um novo viés para entender e efetivar seu processo de

⁹³ MISSÃO EDUCATIVA MARISTA. Missão educativa marista : um projeto para nosso tempo / Comissão Interprovincial de Educação Marista (1995-1998); [tradução Manoel Alves, Ricardo Tescarolo]. 3. ed. São Paulo: SIMAR, 2003. p. 41. Disponível em: <www.maristas.org.br/.../sis.../missao_educativa/2005_07_04_missao_educativa.zip?pdf>. Acesso em 20 nov. 2016.

⁹⁴ UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE, 2004, p. 23.

⁹⁵ UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE, 2004, p. 48-57.

⁹⁶ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 62-66.

reinserção social. Focada na formação plena dos adolescentes enquanto indivíduos e agentes sociais em processo de transformação. A proposta se baseia na concepção de educação integral, que busca maneiras criativas para que os adolescentes se desenvolvam integralmente.⁹⁷

2.4 Proposta Pedagógica: Os Quatro Pilares da Educação

A proposta pedagógica da Casa de Semiliberdade Marista está fundamentada nos quatro pilares da educação: Aprender a Ser, Aprender a Conviver, Aprender a fazer e Aprender a aprender.⁹⁸

a) Aprender a ser⁹⁹

A competência pessoal se relaciona à forma como o adolescente se vê e se relaciona consigo mesmo, que imagem faz de si mesmo e do seu lugar no mundo. Na adolescência, as experiências das relações conseguem mesmo e com os outros são fundamentais para a formação da personalidade e de busca no mundo e no grupo. O papel do educador na vida do adolescente será fundamental nesse aspecto; mais do que discursos coerentes, são educativas as posturas, ações e vivências do educador. Por isso, o cuidado com a relação socioeducativa deve ser grande: o educador é um grande estimulador, com a presença positiva e constante nas atividades com os adolescentes. O educador acolhe e incentiva o educando na busca da superação de limites e dificuldades, melhorando a autoestima, o conceito que tem de si mesmo e sua autovalorização, o cuidado com a saúde e com a aparência física, assim como a construção da autonomia e independência pessoal. Foucault nos ajuda a entender que determinados métodos permitem um maior controle.¹⁰⁰

Em sua obra *Vigiar e Punir*, Foucault apresenta a evolução histórica da legislação penal e seus meios de repressão, através do Regimento escrito para Casa dos Jovens detentores de Paris, porém esse regimento é escrito três décadas após o período de repressão que os enclausurados sofriam nas prisões parisienses:

Art.17 – O dia dos detentos começará às seis horas da manhã, às cinco horas no verão. O trabalho há de durar nove horas por dia em qualquer estação. Duas horas por dia serão consagrados ao ensino. O trabalho e o dia terminarão às nove horas do inverno, às oito horas no verão.

⁹⁷ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 42.

⁹⁸ DELORS, 2012. p. 73-84.

⁹⁹ DELORS, 2012. p. 81-82.

¹⁰⁰ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 42.

Art.18 – Levantar. Ao primeiro rufar de tambor, os detentos devem levantar-se e vestir-se em silêncio, enquanto o vigia abre as portas das celas. Ao segundo rufar, deve estar de pé e fazer a cama. Ao terceiro, põem-se em fila por ordem para irem à capela fazer a oração da manhã. Há cinco minutos de intervalo entre cada rufar.

Art.19 – A oração é feita pelo capelão e seguida de uma leitura moral ou religiosa. Esse exercício não deve durar mais de meia hora.¹⁰¹

Ainda segundo o autor: “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de disciplina”.¹⁰²

No entanto, a Casa de Semiliberdade Masculina Marista entende que o espaço sócio educativo é o diferencial para que o adolescente possa refletir sobre seu modo de ser e de se expressar como ser humano autônomo, livre e responsável.¹⁰³ O planejamento pedagógico tem como foco atividades onde o adolescente se expresse de tal maneira que possibilite ao educador realizar um diagnóstico preciso e fazer as intervenções necessárias. Nas atividades pedagógicas de arte, são elaboradas dinâmicas para que o adolescente possa representar-se a falar de si e dos seus valores por meio de desenhos, pinturas, cartazes, fotografias, elaboração de vídeos e artesanatos diversos como expressão pessoal. São atividades bem aceitas pelos adolescentes e proporciona momentos de concentração, delicadeza, cooperação, construção em grupo e sentimento de superação na obra concretizada.¹⁰⁴ Nesta concepção de entendimento da importância do desenho no processo de reinserção social a colocação de Dinah Martins de Souza Campos expressa muito bem essa ideia:

Face às instruções recebidas para desenhar uma pessoa, o propósito pode reagir de numerosas formas diferentes. Por exemplo, ele pode desenhar uma pessoa completa, uma pessoa incompleta, uma caricatura, uma figura estereotipada (amigo da onça, por exemplo), ou pode expressar uma relutância contínua.¹⁰⁵

São também realizadas palestras e dinâmicas com outros profissionais convidados pela Casa para que o adolescente se sinta mais à vontade para expressar dúvidas, conflitos e esclarecimentos de situações pessoais. Nas situações que fogem ao atendimento pedagógico e ao atendimento psicológico da Casa Marista, são realizados encaminhamentos para especialistas da rede assistenciais, como Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e outros organismos que

¹⁰¹ FOUCAULT, 1997, p. 11.

¹⁰² FOUCAULT, 1997, p. 118.

¹⁰³ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 42.

¹⁰⁴ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 43.

¹⁰⁵ CAMPOS, Dinah Martins de Souza. *O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade*. Petrópolis: Vozes, 1969. p. 33

auxiliam no processo de reinserção. Nesta perspectiva Geraldo Bohórquez Mondragón afirma que:

oferecer uma intervenção integral aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, através de processos pedagógicos, socioterapêuticos, sistêmicos reflexivos, eficazes na abordagem da sua problemática e que permitam a movimentação dos adolescentes, suas famílias e entorno social para garantir o alcance de suas metas de projeto de vida, a análise da realidade, a identificação dos fatores de risco, o reconhecimento e o desenvolvimento de potencialidades e a promoção de processos de autogestão para conseguir sua realização.¹⁰⁶

Portanto, um aspecto importante no processo pedagógico é o aprender a ser, isto é, que o jovem adolescente em conflito com a lei recupere a sua autoestima. Aprenda a ser novamente ser humana, pessoa, que está em relação com outras pessoas, com seu entorno, com o seu contexto. Nas situações que fogem ao atendimento pedagógico e ao atendimento psicológico da Casa Marista, são realizados encaminhamentos para especialistas da rede socioassistencial.¹⁰⁷

b) Aprender a conviver¹⁰⁸

O aprender a ser, portanto, conduz para aprender a conviver. Nesta competência relacional procura desenvolver a compreensão do outro e a percepção das interdependências, no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz, focando nas ideias valorativas de cada indivíduo a partir da construção do PIA (Plano de Intervenção de Atendimento), construído com o próprio sócio educando tendo como parâmetro suas ideias e reflexões no contexto da prática do ato infracional, levando a entender que naquele contexto da Casa de Semiliberdade o sentido de formação do coletivo será uma construção diária para seu processo de reinserção.¹⁰⁹

Nesse contexto a formação da própria Comunidade Socioeducativa de Casa de Marista de Semiliberdade, que é constituída de educadores e educadoras com formações diversificadas e plurais, proporciona esse espaço de reflexão e convivência de gênero e diversidade étnico-cultural.¹¹⁰

Diariamente é realizada uma avaliação com os adolescentes, sendo esta motivo de reflexão a organização dos objetivos pessoais, o cuidado com a Casa. A Casa passa a ser vista como espaço familiar, o coletivo, onde se torna necessário exercitar o respeito à Equipe de

¹⁰⁶ MONDRAGÓN, Geraldo Bohórquez. *Modelo Pedagógico Contextualizado*. IASES: Vitória, 2008. p. 13

¹⁰⁷ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 43.

¹⁰⁸ DELORS, 2012. p. 78-80.

¹⁰⁹ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 43.

¹¹⁰ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 43.

educadores e aos colegas, o cumprimento das responsabilidades individuais e a consideração às regras e normas de convivência. Sendo este, um processo importante para o retorno na convivência familiar e social. Dessa forma, o adolescente, juntamente com os educadores Sociais que o acompanham, é sempre levado a conhecer suas dificuldades na convivência, o progresso realizado e o caminho ainda a percorrer. A administração e cuidado diário na organização dos objetos pessoais, do quarto e dos espaços coletivos possibilita perceber o sentido de interdependência em relação ao outro, quando cada um cumpre sua parte, ocorrem melhorias para todo o grupo. Por isso, a limpeza e organização da casa e dos objetos pessoais são obrigações intransferíveis acompanhadas e avaliadas diariamente com os Educadores Sociais.¹¹¹

A deficiência no desenvolvimento dessa competência é demonstrada com a frequência de situações-limite e com a resistência para se integrar à dinâmica da Casa, como por exemplo, as reações de destruição de móveis e equipamentos, a ausência de cuidado com o ambiente e a indiferença quanto à responsabilidade individual pela conservação da infraestrutura disponível. O contrário, isto é, a boa aprendizagem da convivência, se percebe na diminuição desses conflitos.¹¹²

Outro momento fundamental para desenvolver a competência do aprender a conviver é a Roda de Conversa. Trata-se de um espaço coletivo para dirimir conflitos e tomar decisões. Dela participam adolescentes e educadores, todos com direito de opinar, reinventar e confrontar as situações-limites para buscar o consenso e melhoria das relações. É uma iniciativa para dar voz ao adolescente nas suas reivindicações e na defesa de suas posições; e, também, para ajudá-lo a aprimorar sua escuta e empatia para com o outro, buscando caminhos de construção da paz em casos de situações-limites de confronto ou ameaça mútua entre os adolescentes e destes para com os educadores.¹¹³ Portanto, a partir do aprender a ser gente, aprender a conviver com os outros, em relações de respeito e cuidado também se aprende a valorizar o espaço que se vive. Neste sentido, a Casa, pode ser entendida como uma metáfora para a família. Na relação com outros, o adolescente começa também a valorizar a sua família. Neste sentido, ele necessita aprender a fazer e a cumprir com as suas obrigações e responsabilidades. Segundo a Missão Marista: “O espírito de uma escola de Irmãos deve ser o espírito de família. Ora, numa boa família, numa família bem ordenada, dominam os

¹¹¹ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 43.

¹¹² Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 43.

¹¹³ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 44.

sentimentos de respeito, de amor e de confiança recíproca e nunca o temor de castigos.”¹¹⁴ É, portanto, neste espírito de família com responsabilidade que a Casa Semiliberdade Marista trabalha, tendo em vista uma justiça restaurativa para os adolescentes em conflito com a lei.

c) Aprender a fazer¹¹⁵

A competência aprender a fazer proporciona ao adolescente perspectiva de sua capacidade produtiva, qualificando-o profissionalmente para o mercado formal de trabalho, com sua inserção em cursos profissionalizantes, possibilitando a sua transformação e de sua realidade bem como da sua família. As atividades realizadas pelos adolescentes em situação de vulnerabilidade social aprimoram competências e aptidões pessoais, buscando desenvolver habilidades que lhes possibilitem enfrentar numerosas situações e trabalhar coletivamente.¹¹⁶ Ao mesmo tempo, o adolescente vai aprimorando-se para entrar no mercado de trabalho, que é altamente competitivo.¹¹⁷

O fundador do Instituto Marista, Marcelino Champagnat, afirmou desde a fundação da instituição marista, como um dos princípios básicos de sua pedagogia, o amor ao trabalho. Ele acreditava que o trabalho, como meio de realização pessoal, dá sentido à vida, contribuindo para o bem-estar econômico, social e cultural da sociedade.¹¹⁸

Nesta perspectiva, a Casa Marista de Semiliberdade vem realizando atividades que valorizam as habilidades adquiridas pelo adolescente no mercado formal ou informal de trabalho, considerando sua trajetória antes do ato infracional, valorizando o saber fazer do adolescente. A elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) – inclui cursos técnicos e/ou profissionalizantes e experiências de trabalho que enriquecem o *Curriculum Vitae* do adolescente e preparam sua inserção no mercado de trabalho.¹¹⁹

Além disso, os educadores desenvolvem, durante todo o processo educativo, atividade de simulação/encenação de situações de entrevistas de emprego. Os adolescentes maiores de 16 anos, que já podem trabalhar ou fazer estágios, recebem a orientação necessária e podem, após avaliação da Equipe Técnica, distribuir seus currículos nas empresas. Esta iniciativa desenvolve o sentido de autonomia, independente das parcerias formalizadas pela Casa Marista de Semiliberdade.¹²⁰

¹¹⁴ MISSÃO EDUCATIVA MARISTA, 2003, p. 139.

¹¹⁵ DELORS, 2012. p. 76-78.

¹¹⁶ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 44.

¹¹⁷ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 44.

¹¹⁸ MISSÃO EDUCATIVA MARISTA, 2003, p. 139-140.

¹¹⁹ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 44.

¹²⁰ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 44.

Os entraves e as diretrizes seguidas para a profissionalização, que complementem a construção da competência produtiva, têm como maior desafio aliar o tempo da Medida Socioeducativa com o tempo da qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho e consequente possibilidade de auto sustentação.¹²¹ Nesse entendimento os adolescentes desenvolvem esse sentido de autonomia, uma vez que as atividades laborais da Casa de Semiliberdade Marista são desenvolvidas pelos próprios adolescentes nos momentos em que não estão realizando estudos, cursos de formação profissional, dentre outras atividades.

d) Aprender a conhecer¹²²

O quarto elemento pedagógico que está entrelaçado com os outros elementos é aprender a aprender. Neste sentido potencializar esse processo, requer por parte dos educadores uma percepção suficientemente vasta e da possibilidade de trabalhar a temática, de maneira que o adolescente possa se beneficiar das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda sua vida. Por isso, é importante que, no desenvolvimento das atividades pedagógicas e do apoio escolar, o Educador Social fique atento para diagnosticar fragilidades cognitivas, especialmente relacionadas à leitura e escrita, para o devido encaminhamento à pedagoga, que desenvolverá, no atendimento pedagógico, atividades e exercícios para a correção ou avaliação da necessidade de outras estratégias.¹²³ Aprender a conhecer passa pela leitura, escrita e interpretação daquilo que leu e escreveu.

Nas propostas pedagógicas, são priorizadas atividades como leitura e interpretação de texto, raciocínio lógico e matemático e jogos pedagógicos que possibilitem o desenvolvimento da criatividade e do raciocínio. A Equipe Técnica e Educadores Sociais necessitam se utilizar de técnicas que despertem o interesse dos adolescentes, como caça-palavras, palavras cruzadas, textos ilustrados e quadrinhos diversificados. Também são importantes os exercícios de relato de atividades e a construção de textos que favoreçam posicionamentos críticos e comentários sobre fatos que aconteçam na Casa e em outros espaços, tais como o próprio ambiente escolar e a relação estabelecida quando de suas idas aos finais de semana em suas famílias de origem.¹²⁴

A exploração de diferentes recursos pedagógicos, aliada à diversificação da metodologia, propicia as condições dentro do processo de ensino aprendizagem que ajudam

¹²¹ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 44.

¹²² DELORS, 2012. p. 74-76. Para o autor: “Aprender a conhecer pressupõe, antes de tudo, aprender a aprender, exercitando-se a atenção, a memória e o pensamento.

¹²³ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 45.

¹²⁴ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 45.

os/as educadores/as a ressignificar sua experiência escolar e compreender a Casa como um espaço socioeducativo¹²⁵. Uma das vertentes integrantes do Plano de Intervenção de Atendimento, do sócio educando é a inserção do mesmo, novamente, no contexto escolar.

Segundo Foucault¹²⁶ é necessário ir além do espaço disciplinar ou como se mencionou anteriormente, de acordo com Zehr, atuar a partir de uma justiça restaurativa. O autor pontua: “A justiça não pode garantir nem forçar a reconciliação, mas deveria oferecer a oportunidade para essa reconciliação aconteça.”¹²⁷

Portanto, a Casa Masculina de Semiliberdade Marista, necessita ser assimilada pelos adolescentes como um espaço não somente disciplinador, mas como um espaço de reconstrução da autoestima pessoal, bem como, das instituições que são importantes para a vida do jovem, como por exemplo, a família, a escola e a religião. O projeto pedagógico da Casa busca justamente isto, além de inserir disciplina, organização na própria vida do adolescente, capacitá-lo em suas habilidades para o mercado de trabalho e buscar reatar os seus vínculos familiares.

A ação socioeducativa da Casa Marista de Semiliberdade se constitui como espaço-tempo socioeducativo de construção de novas competências que possibilitem uma realidade juvenil fora da criminalidade. Por isso, na execução da Medida de Semiliberdade, é fundamental que a ação socioeducativa seja estruturada nos seguintes eixos: Responsabilização, Espiritualidade, Família, Escolarização, Profissionalização e Atenção à saúde.¹²⁸

Portanto, os elementos da responsabilidade, vivência da espiritualidade, família, escolarização, profissionalização e atenção à saúde são os elementos que estão inseridos no projeto pedagógico, através dos quatro saberes: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender.

Entende-se que a formação integral do adolescente em conflito com a lei, e/ou em situação de ato infracional requer uma atenção no sentido de entender em que contexto social esse está inserido, quais as violações de direito que este sofreu para que o colocasse nesta situação e mais, quais os mecanismos sociais enquanto rede de proteção que foram fragilizados. As instituições sociais família, escola e religião serão muito mais eficazes, se elas conseguirem cumprir o seu real papel na potencialização de cobertura dessas fragilidades, e ainda se todas elas se fizerem presentes para articularem a ressocialização destes jovens. Então a ressocialização efetivamente acontecerá, pois a justiça restaurativa se fará presente na

¹²⁵ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 45.

¹²⁶ FOUCAULT, 1997, p. 122-123.

¹²⁷ ZEHR, 2008, p. 177.

¹²⁸ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 47.

vida destes jovens adolescentes em situação de ato infracional, pois serão vistos como seres humanos em processo de construção de suas vidas.

A medida socioeducativa de semiliberdade inclui, necessariamente, a articulação com a Rede Socioassistencial, porque é a soma do trabalho dos/as parceiros/parceiras que garante a proteção integral ao adolescente, preconizada pelo ECRIAD (Estatuto da criança e do adolescente) e SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). Esta articulação se efetiva a partir do princípio da incompletude institucional e da visão sistêmica sobre o atendimento no cumprimento da Medida, não cabem ações isoladas ou a pretensão de que uma instituição ofereça atendimento total, respondendo sozinha às diferentes necessidades sociais dos adolescentes que têm seus direitos violados. Como afirma o SINASE, a política de aplicação das medidas socioeducativas não pode estar isolada das demais políticas públicas. No próximo capítulo, refletir-se-á sobre a pesquisa realizada com 31 adolescentes masculinos, internos, na Casa de Semiliberdade Marista, buscando perceber como as instituições família, a escola e religião foram e são importantes para estes jovens em situação de ato infracional, que estão sendo reintegrados à sociedade, a partir das medidas socioeducativas.

3 REDE DE ARTICULAÇÃO: ANÁLISE DA PESQUISA - VALORES IMPORTANTES PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ATO INFRACIONAL PARA SEU PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO

Como se percebeu no capítulo anterior, todas as atividades socioeducativas dialogam necessariamente com as políticas públicas, tendo como foco a cidadania de crianças e adolescentes. Estas, por sua vez, têm como ponto de partida a leitura crítica e fundamental da realidade. Assim, a presença de educadores e educandos nos espaços de incidência e propostas para a tônica do processo de ressocialização, trazem à pauta uma realidade juvenil específica e que se inter-relaciona com outras realidades juvenis. A seguir, reflete-se sobre as tessituras das redes para o processo de ressocialização do adolescente em ato infracional e a pesquisa realizada com 31 adolescentes masculinos, semi-internos da Casa de Semiliberdade Marista, no período de agosto a outubro de 2016.

3.1 Tecendo Redes

De acordo com UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE:

A ideia de rede compreende a mobilização de um conjunto de pessoas, projetos, associações, organizações e outros atores que compartilham a tarefa de promover o desenvolvimento de determinado campo temático e de relações sociais entre si e com a sociedade, uma vez que o objetivo final é a reinserção do adolescente.¹²⁹

A estratégia de trabalho em rede implica em descentralização e mobilização de um conjunto de pessoas, projetos, associações, organizações, instituições, que objetivam a tarefa da promoção das mais distintas dimensões da vida social. A atuação em rede parte do princípio que cada elo é fundamental para assegurar a força do sistema socioeducativo, tendo um papel específico a desempenhar no processo de ressocialização do adolescente. A articulação em redes favorece a sintonia no atendimento de cada entidade parceira, garantindo a especificidade que lhe compete no processo socioeducativo. Segundo a instituição já citada:

Viver numa perspectiva de parcerias é humanizar as relações, buscar saídas em grupos, dividir conhecimentos e técnicas. A rede traz em si o princípio da responsabilidade institucional, por isso ela vai se tornando eficaz à medida que atua com o objetivo da inclusão, seja de outros membros, seja de outras instituições.¹³⁰

¹²⁹ UBEE – PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-OESTE, 2004, p. 48.

¹³⁰ UBEE – PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-OESTE, 2004, p.48.

A articulação da rede também visa, de acordo com a necessidade, o atendimento dos familiares. Essa articulação é importante, pois disponibiliza as famílias opções de atendimento na rede pública. A partir do atendimento às famílias e das visitas domiciliares é possível detectar a necessidade de encaminhamento às diversas áreas e parceiros.¹³¹ A equipe orienta e realiza encaminhamentos a tratamentos de saúde, acompanhamento psicológico, programas sociais, confecção de documentos civis, quando o adolescente e/ou algum de seus familiares não os tem. Facilita também a participação em cursos e oportunidades de emprego.

O mesmo acontece quanto à documentação civil, como já mencionado anteriormente, muitos adolescentes chegam a Casa sem posse de todos os documentos pessoais. A equipe faz levantamento sobre quais documentos os adolescentes já possuem e se articula com os órgãos públicos para a feitura dos documentos que faltam, pois é necessário aproveitar o tempo que o adolescente permanece na Casa (geralmente seis meses) e da necessidade de encaminhá-lo à escola ou ao mercado de trabalho.¹³² Neste sentido, a Casa de Semiliberdade afirma:

Cabe ressaltar que a articulação com a Rede Socioassistencial tem caráter tanto educativo quanto político. Além de contribuir para que as diferentes entidades conheçam a experiência, nos seus aspectos gerais e específicos, também reforça a atuação conjunta na execução da Medida Socioeducativa de Semiliberdade, o que aumenta as possibilidades de sucesso no processo de ressocialização dos adolescentes.¹³³

Faculdade Unida de Vitória

Ser portador de documentos é fundamental para o adolescente em ato infracional, pois este fato eleva a sua autoestima, tornando-o também um cidadão. Portanto, o processo educativo necessita ser integral, levando em conta todos os aspectos da vida, de acordo com as parcerias estabelecidas com Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases).¹³⁴ Dentro deste processo procuramos verificar que redes são consideradas importantes no processo de ressocialização do adolescente em ato infracional?

a) A Família

Para União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE:

A família é considerada o primeiro agente socializador e estrutura fundamental nas características do adolescente, influenciando seu desenvolvimento e as relações estabelecidas no decorrer de sua vida. O modo de viver da família, inclusive, determina algumas atitudes e comportamentos do adolescente.¹³⁵

¹³¹ UBEE – PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-OESTE, 2004, p. 48-49.

¹³² Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 76.

¹³³ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 77.

¹³⁴ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 77.

¹³⁵ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 50.

De acordo com o ECRIAD, como já foi mencionado, a família é responsável, juntamente com o Estado e sociedade, pela garantia das necessidades básicas de crianças e adolescentes. Portanto, é necessário que a família esteja inserida no processo de cumprimento da Medida Socioeducativa de Semiliberdade. Por isso, a Casa Marista de Semiliberdade prevê a atuação junto às famílias, abordando questões relativas ao contexto familiar e às particularidades culturais, sociais e religiosas.¹³⁶ Portanto, é necessário ver a questão do jovem adolescente infrator em suas relações e a família é fundamental neste processo.

Neste sentido, o atendimento sócio-familiar tem o objetivo de refletir junto às famílias a Medida de Semiliberdade e a corresponsabilidade do núcleo familiar no cumprimento da Medida, buscando aumentar o nível de participação dos familiares na rotina do adolescente.¹³⁷ Marshall, B. Rosenberg focando na importância do papel da família afirma:

O processo educativo foi desenvolvido para aqueles de nós que gostariam que os outros mudassem e respondessem, mas somente se eles escolherem fazer isso de livre vontade e com compaixão. Estabelecendo um relacionamento baseado na sinceridade e na empatia. Quando os outros confiam que nosso compromisso maior é com a qualidade do relacionamento, e que esperamos que esse processo satisfaça às necessidades de todos, então elas podem confiar que nossas solicitações são verdadeiramente pedidos, e não exigências camufladas.¹³⁸

Portanto, a relação entre família, profissionais da casa da Semiliberdade e adolescente em situação de ato infracional necessita ser baseado na relação de livre vontade e compaixão, criando um relacionamento de sinceridade e empatia. Somente assim será possível uma reaproximação e uma mudança sincera nas relações.

Neste sentido, o primeiro contato com a família é feito após o adolescente chegar à Casa, seu novo lar. Segundo as normas pedagógicas da Casa em acordo com as medidas Socioeducativas:

A equipe liga para os familiares informando a chegada do adolescente e convida a família para visitar a casa, agendando o primeiro atendimento na Casa. Nesse primeiro contato, a família conhece a estrutura local e a equipe responsável pelo desenvolvimento do trabalho. Também recebe informações sobre a Medida e qual será seu papel de auxílio no cumprimento, quando da ressocialização. Em seguida, a família e o adolescente assinam um termo de responsabilidade com as atribuições de ambas as partes. Este termo será arquivado no prontuário do adolescente.¹³⁹

¹³⁶ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 50.

¹³⁷ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 50.

¹³⁸ ROSENBERG, Marshall, B. *Comunicação não-violenta*. São Paulo: Ágora, 2006. p. 122

¹³⁹ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 50.

O contato familiar é importante para evitar que a família entenda a Casa como um local onde seu filho passará um período sob-responsabilidade exclusivo da Equipe Técnica. A família faz parte do processo de reorientação da vida do adolescente. É importante deixar claro que o adolescente continua sendo integrante da família e, em determinado momento, irá retornar ao convívio daquele núcleo familiar e comunitário.¹⁴⁰ Busca-se valorizar e resgatar acima de tudo a convivência muitas vezes interrompida devido o ato infracional cometido pelo adolescente, por isso, os atendimentos individuais, visitas domiciliares e encontros periódicos com a família são fundamentais. Nesta visão algumas atividades acontecem com a presença somente do adolescente e outras com a presença da família. As visitas domiciliares da equipe técnica possibilitam conhecer e entender a realidade na qual o adolescente está inserido, assim como detectar as demandas tanto do adolescente quanto da família e proceder aos encaminhamentos mais adequados. Também subsidia a construção do mapa, que permite visualizar a formação da família e a função de cada membro na vida do adolescente.¹⁴¹

Não se pode esquecer, como já mencionado, no primeiro capítulo, as novas constituições familiares. Há outros modelos além da família nuclear, com pai, mãe e filhos. Os arranjos familiares compreendem diversas estruturas, e muitas vezes quem se responsabiliza pelo adolescente não são os pais, mães, mas avós, tios ou outros parentes. É com esse núcleo, que é chamada família, que o trabalho será realizado.¹⁴²

b) Da Educação

A Casa de Semiliberdade Marista entende que

a escolarização, mais que uma obrigação da Medida Socioeducativa, é garantia da inserção social do adolescente. Um desafio desde o início do trabalho da Casa, e que ainda permanece, é a relação dos adolescentes com a escola e da escola para com os adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa.¹⁴³

Os adolescentes atendidos pela Casa são matriculados nos estabelecimentos educacionais de ensino do município, quando se trata de atendimento na Educação Básica e na Rede Estadual, quando se trata de Ensino Médio. Em raros casos, por motivos de segurança, matricula-se o adolescente em um supletivo, para onde se dirige mensalmente para fazer as provas, sendo que o estudo é feito na Casa. Uma vez que esta forma de atendê-lo não possibilita sua relação de cotidiano escolar, por ir à instituição de ensino somente uma vez por

¹⁴⁰ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 50.

¹⁴¹ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 50.

¹⁴² Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 50-52.

¹⁴³ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 53.

mês. Todo material didático é fornecido aos adolescentes, incluindo transporte, quando necessário. Muitos adolescentes trazem consigo uma experiência negativa da escola e não a considera importante compensadora e nem atrativa para o seu desenvolvimento. Por isso é muito importante que a instituição escolar perceba e entenda a sua real função em seu papel de fortalecimento das políticas públicas de intervenção, e na ressocialização. Neste sentido, Marshall apresenta a seguinte reflexão:

Pediram-me que eu me reunisse com quarenta alunos que haviam sido considerados social e emocionalmente desajustados. Fiquei impressionado com a maneira pela qual rótulo como esses servem de profecias que acabam acarretando a própria concretização. Se você fosse um estudante rotulado assim, isso não lhe daria com justiça a permissão de se divertir um pouco na escola resistindo a fazer o que quer que lhe pedissem? Ao rotularmos as pessoas, tendemos a agir com relação a elas de forma que contribui para criar o próprio comportamento que nos incomoda, que então percebemos como uma confirmação de nosso próprio diagnóstico. Já que aqueles estudantes sabiam que tinham sido classificados como social e emocionalmente desajustados, mas fiquei surpreso quando, ao entrar na sala, vi que a maioria deles estava pendurada na janela gritando obscenidades para os colegas no pátio abaixo. Comecei fazendo um pedido: “Gostaria que todos vocês se aproximassem e sentassem, para que eu possa dizer a vocês quem sou eu e o que gostaria que fizéssemos hoje”. Cerca de metade dos estudantes se aproximou. Sem ter certeza de que todos haviam me escutado, repeti meu pedido. Com isso, o restante dos estudantes se sentou, com exceção de dois rapazes, que continuaram pendurados no parapeito.¹⁴⁴

O autor deixa bem claro que não é possível rotular pessoas, principalmente adolescentes. Somente, a partir da relação de respeito que inicia um processo de aproximação. Entende-se, portanto, como mencionado, que a escolarização, mais que uma obrigação da Medida Socioeducativa, é garantia da inserção social do adolescente.

Ressalta-se aqui que dos 31 adolescentes entrevistados nesta pesquisa somente 02 tinham escolaridade para o ensino médio, fato que a grande maioria dos adolescentes em situação de ato infracional apresenta baixa escolaridade. Por esse motivo, na pesquisa realizada buscou-se analisar as respostas de adolescentes semi-internos da Casa de Semiliberdade Marista, que estudam em duas unidades de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Vila Velha: UMEF's (Unidade Municipal de Ensino Fundamental) Senador João de Medeiros Calmon, localizada na Praia das Gaivotas e Dep. Mikeil Chequer, localizada no Bairro de Boa Vista, as quais são unidades de referência no atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

Consolidando as políticas públicas para o atendimento do adolescente em situação de ato infracional, o Conselho Municipal de Educação de Vila Velha aprovou a Resolução 15/06

¹⁴⁴ MARSHAL, 2006, p. 124

na qual traz em seu texto a possibilidade de reclassificação e/ou avanço para os alunos de forma geral, sendo que nos últimos dois anos vêm sendo aplicada aos adolescentes em situação de ato infracional, visando seu aproveitamento do processo ensino-aprendizagem para sua melhor inserção junto ao mercado de trabalho. Esta medida tem sido visto como uma vantagem pelo adolescente, trazendo incentivo para a participação na escola. Reforçando a importância e o entendimento da referida Resolução, o Conselho Nacional de Educação, aprovou no dia 13 de maio deste ano a Resolução nº 03 que entre suas diretrizes reforça: Do Direito à Matrícula:

Art. 7º - Os sistemas de ensino devem assegurar a matrícula de estudante em cumprimento de medidas socioeducativas sem a imposição de qualquer forma de embaraço, preconceito ou discriminação, pois se trata de direito fundamental, público e subjetivo.

§ 1º - A matrícula deve ser efetivada sempre que houver demanda e a qualquer tempo.

§ 2º - A matrícula deve ser assegurada independentemente da apresentação de documento de identificação pessoal, podendo ser realizada mediante a autodeclaração ou declaração do responsável.

§ 3º - Caso o estudante não disponha, no ato da matrícula, de boletim, histórico escolar, certificado, memorial ou qualquer outra documentação referente a sua trajetória escolar expedida por instituição de educação anterior, deverá ser realizada avaliação diagnóstica para definição da série ou ciclo, etapa e modalidade mais adequada ao seu nível de aprendizagem.

§ 4º - Para adolescentes e jovens já matriculados, logo após a definição da medida, deve ser feita articulação com a sua rede de ensino, com vistas à garantia da continuidade da escolarização em sua escola de origem ou escola de sua comunidade, sempre que não inviabilizado pela medida socioeducativa aplicada e respeitado o seu interesse.

§ 5º - Caso o estudante retorne a sua escola de origem, após cumprimento de internação provisória, a instituição de ensino deve viabilizar a recuperação do rendimento escolar, sem considerar as respectivas faltas no período.

§ 6º - Os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA) ou semiliberdade devem ter suas matrículas integradas às demais turmas de estudantes, não sendo permitida a formação de turmas exclusivas.

§ 7º - Nos casos de falta de qualquer tipo de documentação, seja de identificação pessoal ou escolar, os órgãos competentes pela sua expedição devem ser acionados pelos pais ou responsáveis, conselhos tutelares ou operadores de órgãos de assistência social ou de justiça.

§ 8º - Os sistemas de ensino devem, quando solicitado e a qualquer tempo, fornecer aos órgãos de assistência social e de justiça a documentação relativa à trajetória escolar do estudante em cumprimento de medidas socioeducativas.¹⁴⁵

Portanto, existe a garantia efetiva de matrícula imediata inclusive em caso do jovem adolescente não ter a documentação necessária, para sua efetivação. Portanto, o tempo que o

¹⁴⁵ RESOLUÇÃO Nº 3, DE 13 DE MAIO DE 2016 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SECRETARIA EXECUTIVA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOU de 16/05/2016 (nº 92, Seção 1, pág. 6). Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/documents/20184/181398/resoluo_cne_13_2016_diretrizes_para_atendimento_escolar_de_jovens_infratores_em_cumprimento_de_medida_socioeducativa.pdf>. Disponível em: 20 nov. 2016.

adolescente estiver cumprindo medida socioeducativa deve ser a ele garantido o período de estudos, possibilitando assim sua efetiva reinserção social, iniciando pela sua inserção numa instituição de ensino.

c) Da Saúde

Quanto ao acesso à saúde, os adolescentes são atendidos na Unidade de Saúde (US) destinada ao atendimento dos moradores do bairro no qual esta localizada a Casa. Assim que chega a Casa, o adolescente é levado à unidade de saúde para abrir o prontuário e realizar a primeira consulta e possíveis encaminhamentos. Os medicamentos não disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) são providenciados pela Casa.¹⁴⁶

Vale ressaltar a dificuldade encontrada para o tratamento efetivo via Estado dos casos de drogatização em adolescentes. Segundo dados de Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS), em 2014 de cada dez adolescentes em situação de drogatização somente dois buscavam a internação. Endossando esse dado, salienta-se que no município de Vila Velha existe somente um CAPS ad (Centro de Atendimento Psicossocial Adulto), e nenhum para atendimento infanto-juvenil. Sendo esse trabalho realizado por instituições não governamentais, como APADD (Associação de Prevenção e Assistência aos Dependentes Químicos).¹⁴⁷

Mesmo com esta dificuldade, na execução da Medida Socioeducativa, há adoção de um programa de drogatização que auxilie na análise dos reflexos que a droga causa no adolescente e na condução do programa socioeducativo. Logo, faz-se necessário a adoção de um conceito ampliado de saúde, que não se restrinja a compreender saúde como o contrário de doença nem preconize somente a erradicação, coerção e punição ao uso de drogas; a perspectiva é uma proposta de saúde preventiva, curativa e psicológica. Cabe ainda ir além da repressão, sem cair na permissividade, mas situando a questão com uma reflexão clara, ampla e contextualizada.¹⁴⁸

Portanto, ao abordar o tema das drogas, é fundamental um diálogo aberto e claro, no qual o adolescente se sinta à vontade para falar abertamente, solicitar esclarecimentos e ter opiniões contraditórias. Também é papel da equipe de educadores da Casa, facilitar o acesso ao tratamento na rede pública de saúde, se o adolescente assim o desejar. Enfim, toda a

¹⁴⁶ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 55.

¹⁴⁷ APADD - Associação de Prevenção e Assistência aos Dependentes de Drogas. Disponível em: <<http://www.apadd.org/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

¹⁴⁸ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 55-56.

Comunidade Socioeducativa, incluindo a rede Socioassistencial, é envolvida no enfrentamento a este problema.¹⁴⁹

Neste entendimento os princípios norteadores do atendimento da Casa de Semiliberdade Marista seguem os seguintes princípios e orientações para o atendimento à drogatização:

Respeito ao usuário e aos seus familiares;
 Transmissão clara e objetiva das informações;
 Diálogo aberto, quebrando mitos e tabus;
 Oferta de serviços de qualidade com atenção aos parâmetros do Ministério da Saúde e da Política Nacional de combate às drogas;
 Diálogo com os equipamentos da rede pública de atendimento básico à saúde e de atenção à drogadição;
 Estabelecimento de parcerias com clínicas e estabelecimentos privados, se for necessário, para o atendimento de desintoxicação e internação;¹⁵⁰

Considerando também que o processo de abstinência no qual o mesmo passa dentro da unidade de internação, poderá trazer a ele desvios de condutas, quando de seu processo de reinserção, respeita-se esse processo com acompanhamento de técnicos da Rede de terapia ocupacional.¹⁵¹ Complementando esse entendimento apresentamos o relato do Psicólogo da casa Sr. Virgílio Garcia que relata:

Ousamos e buscamos o retorno gradativo do adolescente ao convívio social, dando-lhe a oportunidade de realização de atividades de qualificação profissional, culturais, esportivas e de lazer fora da Casa de Semiliberdade Marista, tentando, com isso, amenizar sua angústia e o seu medo, preparando-o para um futuro retorno à sociedade.¹⁵²

Proporcionando assim a ideia inicial de lazer e terapia mental, mas principalmente ocupação para o trabalho, pois através das oficinas de ocupação psicossocial, ele, o adolescente, virá vislumbrar a importância do trabalho para sua efetiva reinserção social.

d) Da Profissionalização

A profissionalização é garantida pela inserção dos adolescentes em cursos profissionalizantes na rede pública e particular, conforme previsto na parceria com o IASES (Instituto de Atendimento Sócio Educativo do Espírito Santo).¹⁵³ De acordo com a Pedagogia Marista:

¹⁴⁹ Cf. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE, 2011, p. 66-67.

¹⁵⁰ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 67.

¹⁵¹ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 69.

¹⁵² UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE, 2004, p. 69.

¹⁵³ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 54.

O desenvolvimento da competência produtiva faz parte da Medida Socioeducativa de Semiliberdade, visto que o exercício de uma profissão é requisito fundamental para que o adolescente enxergue perspectivas de auto-sustentação quando retornar ao convívio familiar. Além disso, o trabalho contribui para acelerar o tempo em que o adolescente receberá progressão ou liberdade da Medida.¹⁵⁴

A educação visa não somente a medida socioeducativa, mas pensa-se para além do tempo de internação. Procura-se profissionalizar através de cursos para que ele possa também ser inserido no mercado de trabalho. De acordo com o ECRIAD no artigo 68 e 69, o trabalho educativo é assim definido:

Art.68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.¹⁵⁵

Portanto, além de assegurar a profissionalização através de cursos, o trabalho realizado também deve ser remunerado. O adolescente necessita sentir-se realizado e gratificado pelo trabalho realizado. A remuneração não desfigura o caráter educativo, pois aprender a lidar com o pagamento do seu trabalho também será um aprendizado para este mesmo adolescente.

Já o artigo 69 do ECRIAD, assegura a profissionalização e a proteção no trabalho:

Art.69. O adolescente tem direito à profissionalização e a proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
II – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.¹⁵⁶

A Casa Marista de Semiliberdade tem firmado parcerias para proporcionar aos adolescentes boa formação profissional e humana. As parcerias consolidadas com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), Casa do Menino, Centro de Referência da Juventude de Vitória e outras Instituições possibilitam aos adolescentes o acesso a diversos cursos profissionalizantes.¹⁵⁷ Estes cursos tanto no SENAI e SENAC como na rede particular são garantidos pelo repasse

¹⁵⁴ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 54.

¹⁵⁵ Cf. ECRIAD, artigo 68.

¹⁵⁶ Cf. ECRIAD, artigo 69.

¹⁵⁷ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 54.

da entidade com parceria do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo – IASES. Outras atividades realizadas por outras entidades são viabilizadas por meio do processo de consolidação da rede socioassistencial na Grande Vitória.¹⁵⁸

Quando inseridos nos cursos, os adolescentes são monitorados por meio do contato com a instituição parceira, de visitas programadas para conhecer o curso *in-loco* e do *feedback* do próprio adolescente a respeito da sua vivência no curso.¹⁵⁹ A respeito do aperfeiçoamento profissional Virgílio Garcia psicólogo relata: “Esse monitoramento é necessário para garantir a continuidade e aproveitamento do curso, uma vez que a Casa constatou a baixa tolerância dos adolescentes quando surgem dificuldades cognitivas e de inclusão em novos espaços¹⁶⁰.” Nesta direção também Foucault aponta para a importância da atividade laboral:

Essa pedagogia tão útil reconstituirá no indivíduo preguiçoso o gosto pelo trabalho, recolocá-lo por força num sistema de interesses em que o trabalho será mais vantajoso que a preguiça, formará em torno dele uma pequena sociedade reduzida, simplificada e coercitiva onde aparecerá claramente a máxima: quem quer viver tem que trabalhar.¹⁶¹

Por isso que a comunidade Educativa celebra com alegria e em clima de vitória o interesse, a permanência e a participação do adolescente nos cursos de capacitação profissional. Quando aparece uma oportunidade de emprego, a equipe técnica se reúne com o adolescente, objetivando prepará-lo para o ingresso no mercado de trabalho.

Vale destacar que a possibilidade de trabalhar é uma das maiores expectativas do adolescente que chega à Casa de Semiliberdade. A passagem é marcada pela ansiedade do adolescente, que não vê a hora de começar trabalhar e, como eles mesmos dizem: “começar uma nova vida”.¹⁶²

A equipe tem ajudado o adolescente a lidar com essa ansiedade, uma vez que os requisitos para a inserção no mercado de trabalho, cada vez mais exigentes, dificultam o acesso para os adolescentes. Para aqueles com históricos de infração, os desafios se multiplicam devido ao preconceito e resistência dos empregadores.¹⁶³

A articulação com a rede de proteção integral, no entanto, tem contribuído para romper essas fronteiras e favorecer a oportunidade de trabalho para os adolescentes. O exemplo mais recente da importância da conscientização dos atores integradores da Rede é

¹⁵⁸ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 54.

¹⁵⁹ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 54.

¹⁶⁰ UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE, 2004, p. 54.

¹⁶¹ FOUCAULT, 1997, p.100

¹⁶² UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 55.

¹⁶³ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 55.

que no município de Vila Velha 20% (Vinte por Cento) das vagas de estágios da Prefeitura Municipal são destinadas aos adolescentes em situação de ato infracional, para prestarem serviços nas diversas Secretarias da municipalidade, respeitando-se os requisitos exigidos pela vaga ofertada. Esta demanda foi deferida em março de 2016, através do GGIM (Grupo Gestor de Integração Municipal), no qual fazem parte o Prefeito Municipal, todo o Secretariado Municipal, Vara e Promotoria da Infância e Juventude, Polícia Civil, Forças Armadas (Exército e Marinha do Brasil), Polícia Militar, Corpo de Bombeiro.

Portanto a ideia de rede compreende a mobilização de um conjunto de pessoas, projetos, instituições, associações, organizações e outros atores que compartilham a tarefa de promover o desenvolvimento de determinado campo temático e de relações sociais entre si e com a sociedade.¹⁶⁴

Viver numa perspectiva de parcerias é humanizar as relações, buscar saídas em grupos, dividir conhecimentos e técnicas. A rede traz em si o princípio da “incompletude institucional”, por isso ela vai se tornando eficaz à medida que atua com o objetivo da inclusão, seja de outros membros, seja de outras instituições.¹⁶⁵

A Casa de Semilliberdade Marista, afirmada nas medidas socioeducativas¹⁶⁶, acredita no trabalho com as instituições parceiras que se evidenciam na presença com os adolescentes, acolhendo-os em suas instalações, oferecendo-lhes atividades para o cumprimento da Medida.

O poder de articulação de toda Rede é essencialmente importante para que possa, além de atender, entender a importância de todo o processo que permeia a ressocialização do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, e para que eles, ao final do cumprimento não sejam novamente cooptados pela criminalidade. O viés da ressocialização passa sem sombra de dúvida pela importância da articulação, para que cada um dos atores cumpram sua parcela enquanto rede de articulação e integração.

e) A Espiritualidade

A ação socioeducativa contemporânea, segundo as diretrizes da Organização Mundial de Saúde e do ECRIAD, considera o adolescente em sua integralidade, isto é no seu

¹⁶⁴ UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE, 2004, p. 48.

¹⁶⁵ UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE, 2004, p. 48.

¹⁶⁶ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 28. “Segundo o Estatuto (ECRIAD), o adolescente que comete atos infracionais deve ser responsabilizado e sofrer a aplicação das Medidas Socioeducativas previstas neste diploma como forma de garantir a socialização e a integração deste jovem à sociedade, sem que volte a cometer novas infrações. Neste sentido, as Medidas Socioeducativas são também uma espécie de Medida Protetiva.”

aspecto bio-psico-sócio-espiritual.¹⁶⁷ Nesta direção, também a espiritualidade¹⁶⁸ é considerada um elemento importante na articulação das redes para o processo de ressocialização. Na Casa Marista de Semiliberdade, os adolescentes que ali vivem expressam:

diferentes experiências de religiosidade, que vão desde os traços da tradição religiosa familiar até, em menor medida, à indiferença religiosa. Atitudes que remetem aos valores religiosos são bastante comuns, e não apenas nos momentos de oração que dão início às atividades do dia. Portanto, os valores religiosos que perpassam a diversidade de experiências pessoais dos adolescentes poderão contribuir para a formação da cidadania e do convívio social baseado no respeito às diferenças. Além disso, a religiosidade dá sentido às experiências humanas e tem papel importante na (re)definição do Projeto de Vida, especialmente para quem a cultiva a partir de uma determinada tradição religiosa.¹⁶⁹

Num processo educativo integral, que visa a cidadania, o respeito à diversidade e pluralidade cultural e religiosa é fundamental. A vivência da religiosidade dá sentido às experiências humanas e tem papel importante na (re)definição do projeto que visa um convívio social baseado no respeito às diferenças. A Casa de Semiliberdade Marista fundamenta-se também na espiritualidade da tradição marista.

Na tradição marista, a espiritualidade possui várias características: a presença do amor incondicional de Deus por cada pessoa; a confiança Nele; o amor de Jesus e seu Evangelho; a referência de Maria, mãe e discípula, como exemplo para seguimento de Jesus; o espírito de família; e a simplicidade nas relações, nas atitudes e no jeito pessoal de ser. A espiritualidade Marista inspira nosso entendimento de como viver os mandamentos de Jesus e o sonho de Champagnat. Estas características também favorecem a abertura à diversidade religiosas e aos vários caminhos encontrados pelas pessoas para se relacionar com o Transcendente, superando fronteiras religiosas e culturais.¹⁷⁰

A espiritualidade Marista inspira-se no entendimento de como viver os mandamentos de Jesus e no sonho de seu fundador Marcelino Champagnat. No entanto, mesmo que esteja firmado numa tradição cristã o entendimento da Casa de Semiliberdade entende que estas características favorecem a abertura à diversidade religiosa e aos diferentes caminhos que as pessoas encontram para se relacionar com o Transcendente, superando fronteiras religiosas e culturais. Isto é fundamental, pois o Brasil é um país multicultural e multireligioso. Assim também são os jovens, eles carregam consigo diversas tradições religiosas. Nesta perspectiva o educador marista Cleubert Gualberto de Oliveira afirma:

¹⁶⁷ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 49.

¹⁶⁸ No título do trabalho utilizou-se o termo “religião”, enquanto que a Casa de Semiliberdade usa o termo “espiritualidade”, pois está interessada no resgate dos valores religiosos. É neste sentido que se utiliza o termo “religião” nesta dissertação. Não se aponta para uma religião específica, mas para recuperação da prática de valores morais e éticos que são transmitidos pelas diferentes tradições religiosas.

¹⁶⁹ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 49.

¹⁷⁰ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 49.

A espiritualidade é essencial em nosso trabalho. Ela é importante no processo de mudança de vida desses adolescentes pois eles normalmente chegam a Casa sem motivação para viver. É preciso dar sentido à vida deles, por intermédio de um trabalho espiritual que envolva toda a comunidade educativa e lhes mostre que outra vida é possível.¹⁷¹

A vivência da espiritualidade é essencial no trabalho da Casa, pois visa o redescobrir o sentido da vida e a motivação para viver. O aspecto da espiritualidade também favorece a abertura à diversidade religiosa e os vários caminhos encontrados pelas pessoas para se relacionar com o transcendente, superando fronteiras religiosas e culturais. “Afim, desejamos a mesma dignidade para todos: direitos humanos, justiça, paz e a participação igualitária e responsável das riquezas do planeta.”¹⁷² Recuperar valores que dão dignidade também para a vida do adolescente são fundamentais para a elevação da sua auto-estima e, desta forma, encontrar um novo sentido para existência

O reconhecimento da pluralidade religiosa é fundamental para o trabalho com jovens adolescentes em conflito com a lei. É o respeito à diferença. A Casa destaca isto:

A pluralidade religiosa é característica presente na Comunidade Socioeducativa da Casa Marista de Semiliberdade, tanto entre adolescentes quanto entre educadores. Por isso, tem se mostrado importante abrir espaço, no dia a dia, para os próprios adolescentes manifestarem sua espiritualidade, seja nos momentos de oração ou no desenvolvimento das demais atividades. A liberdade para expressar suas crenças, religiosas ou não, é um dos princípios fundamentais para o trabalho socioeducativo.¹⁷³

A pluralidade religiosa não está somente presente nos adolescentes que vivem na Casa Marista de Semiliberdade, mas em todo corpo docente e técnico que trabalha na casa. Um dos princípios fundamentais das medidas socioeducativas é desenvolver o sentimento do respeito ao outro. Portanto, a liberdade de crença religiosa ou não é fundamental no trabalho com os adolescentes. Na medida em que jovens expressam a sua espiritualidade seja na oração, na música, louvor ou em outras situações, eles também vão falar de si, sendo este também um momento de catarse e de afirmação da esperança. Neste sentido Foucault afirma:

A solidão e retorno sobre si mesmo não bastam, assim tampouco as exortações puramente religiosas. Deve ser feito com tanta frequência quanto possível um trabalho sobre a alma do detento. A prisão, aparelho administrativo, será ao mesmo tempo uma máquina para modificar os espíritos.¹⁷⁴

¹⁷¹ PROVÍNCIA MARISTA do BRASIL CENTRO-NORTE –UBEE, 2004, p.70.

¹⁷² UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 49.

¹⁷³ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO- UBEE, 2011, p. 49.

¹⁷⁴ FOUCAULT, 1997, p.103

Com os adolescentes cumprindo Medida Socioeducativa, isso não é diferente: ações de observação, reflexão, informação e vivência de valores abrem espaço para o diálogo inter-religioso e possibilitam a superação dos preconceitos, afirmam o respeito ao diferente. Além do mais, a espiritualidade atua também na direção de transformação das mentes, abre novos horizontes na vida dos adolescentes em conflito com a lei, projetando um novo sentido para a vida.

3.2 Realização da Pesquisa: Período e Perfil

A pesquisa de campo, de caráter qualitativo, realizou-se, em diferentes períodos, com 31 jovens adolescentes masculinos, em ato infracional, residentes na Casa de Semiliberdade Marista, em Vila Velha, cumprindo medidas socioeducativas. A técnica de pesquisa foi entrevista estruturada com três perguntas de escolha simples, uma de múltipla escolha e uma questão aberta. A identidade dos alunos foi preservada. A entrevista apresenta apenas as iniciais de seus verdadeiros nomes e/ou nomes fictícios por eles criados, conforme a determinação judicial para autorização da realização da pesquisa científica, emitida pelo M.M. Juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude de Vila Velha. Dr. Marcelo Soares Cunha¹⁷⁵, a qual se encontra nos anexos desta dissertação, bem como as respectivas entrevistas respondidas pelos adolescentes. Elaborou-se como guia de entrevista um questionário com cinco perguntas que serviram de base para dar suporte às entrevistas realizadas no período entre agosto a outubro de 2016. A pesquisa objetivou buscar respostas para aspectos relevantes quanto à formação religiosa, tendo em vista, especialmente valores importantes que os adolescentes consideram importantes para a sua vida. A pesquisa buscou ouvir os adolescentes masculinos em medida socioeducativa, residentes da Casa Semiliberdade Marista. Os 31 jovens entrevistados, no período da entrevista estavam estudando em duas Unidades de Ensino Fundamental, pois como se referiu a escolarização é uma parte da rede importantíssima para a ressocialização do adolescente infrator. Os adolescentes estavam assim distribuídos:

¹⁷⁵ A pesquisa foi autorizada pelo juiz, conforme se encontra em anexo.

Unidade Municipal de Ensino Fundamental (UMEF) Deputado Mikeil Chequer (ensino fundamental do 1º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio)

Escolaridade	Quantidade de alunos	Idade
3ª Série	01	17 anos
6ª Série	05	01/15 anos 02/16 anos 02/19 anos
7ª Série	04	01/15 anos 03/16 anos
8ª Série	02	02/18 anos
9º ano	01	18 anos
Médio	02	01/17 anos 01/18 anos

Nesta escola, estudavam 15 adolescentes em ato infracional, com idade entre 15 a 19 anos. Chama a atenção que somente 2 participavam no Ensino Médio, fazendo o EJA, 2 alunos no 8º e 1 aluno no 9º ano. A maioria dos adolescentes estudavam no 6º (5 alunos) e no 7º ano (4 alunos), deixando claro que a maioria deles estudou somente até o 5º ano. No entanto, 1 aluno de 17 anos estava no 3º ano do ensino fundamental. O quadro mostra jovens adolescentes masculinos com bem pouca escolaridade, apontando para um alto déficit de educação escolar.

Unidade Municipal de Ensino Fundamental (UMEF) Senador João de Medeiros Calmon apresentou o seguinte quadro:

Escolaridade¹⁷⁶	Quantidade de alunos	Idade
7ª Série	08	02/15 anos 04/16 anos 01/17 anos 01/18 anos

¹⁷⁶ Série refere a Educação de Jovens e adultos com Educação Básica de 08 anos no horário noturno, com vinculação da seriação semestral, quanto a questão do ano refere-se a Educação Básica de 09 anos esta estipulada com a reformulação do LBD9493/96 no horário diurno. A maioria dos adolescentes em ato infracional estuda a noite.

8ª Série	04	03/16 anos 01/18 anos
9º ano	03	03/18 anos
Não respondeu	01	Não respondeu

Dos 16 alunos que responderam a entrevista: 8 estavam no 7º ano, 4 no 8º ano e 3 no 9º ano. Um dos alunos somente respondeu fundamental e tão pouco colocou a idade. A maioria destes adolescentes encontra-se no 7º ano.

3.3 Respostas dos adolescentes ao questionário-entrevista

As perguntas que foram dirigidas aos adolescentes, através da entrevista estruturada tiveram como objetivo verificar a importância da espiritualidade e de valores religiosos morais em suas vidas. A primeira pergunta que os adolescentes responderam foi: A sua família frequenta algum credo religioso? A análise desta resposta está logo após o gráfico.

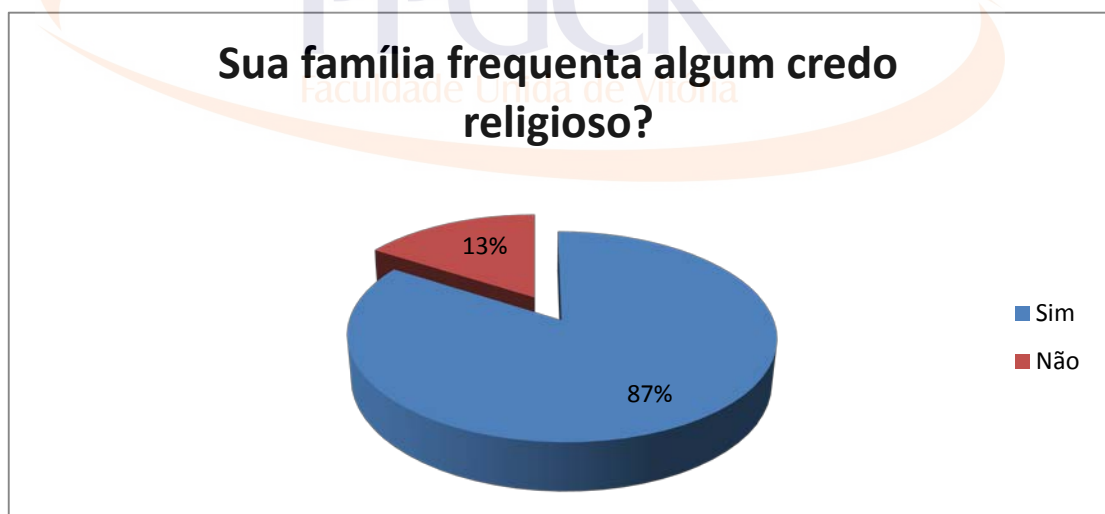


Gráfico 1

O resultado da análise da resposta de 31 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa resultou o seguinte: 27 alunos disseram que a sua família frequenta algum credo e 4 alunos disseram que sua família não frequenta nenhum credo religioso. Resultando que 87% praticam algum credo religioso, enquanto que 13% não praticam nenhum credo religioso.

A segunda questão respondida pelos adolescentes foi: Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa? Segue primeiramente o gráfico e então a análise do mesmo.

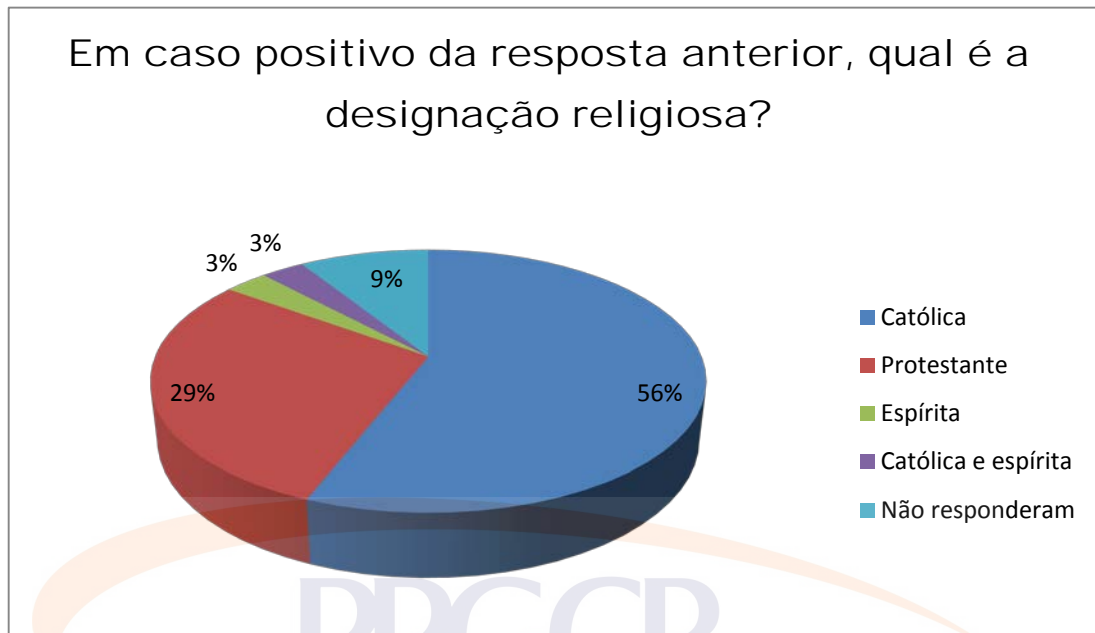


Gráfico 2

Dos 31 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, 1 aluno disse que a designação religiosa da família é Espírita, 17 disseram que é católica, 1 respondeu que a família é católica e espírita, 9 alunos afirmaram que a família é protestante e 3 não responderam a questão. Percebe-se aqui uma diferença em relação à resposta anterior, onde 4 disseram que a família não frequenta nenhum credo religioso. No entanto, na resposta da segunda questão, 3 alunos deixaram a questão em branco, pois a família não frequenta nenhuma comunidade religiosa. No entanto, 1 adolescente respondeu que a família não frequenta nenhuma designação religiosa, mas nesta questão, respondeu que a família participa na comunidade Espírita. A participação das famílias dos adolescentes em comunidades religiosas representa o seguinte: 56% católicos, 29% Protestantes, 3% Espírita, 3% Católica e Espírita e 9% não responderam a questão.

A terceira pergunta que os adolescentes responderam foi: Quem tem o hábito de levá-lo a frequentar esta designação religiosa?

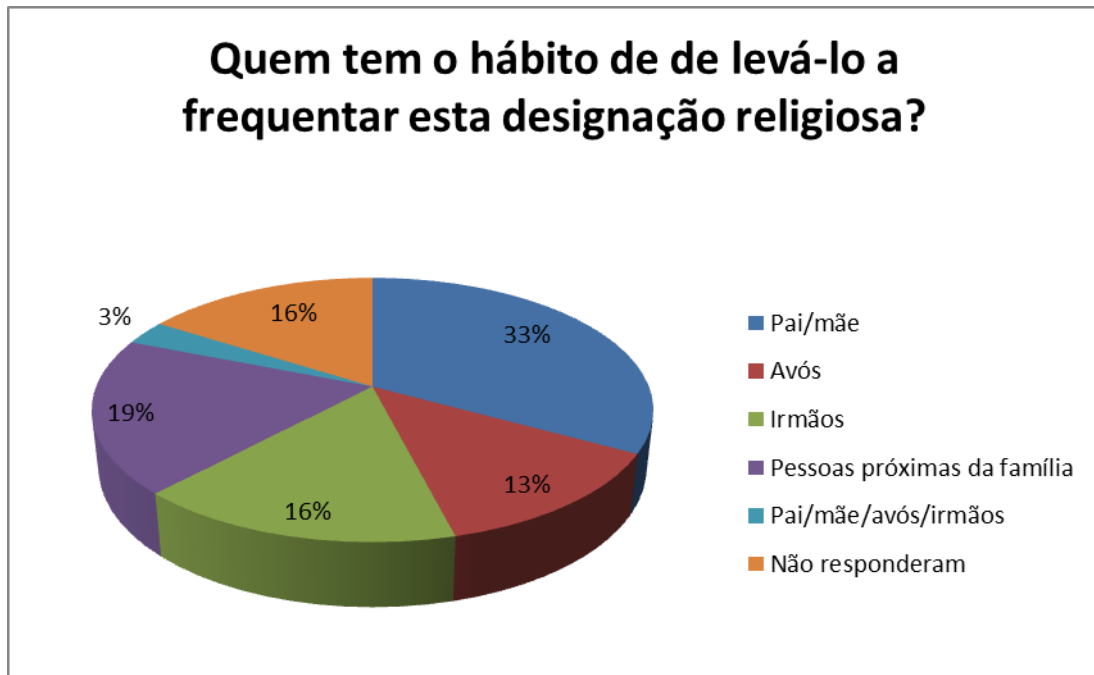


Gráfico 3

Dos 31 adolescentes entrevistados 10 afirmaram que o pai e a mãe que os levaram a participar da comunidade religiosa, 4 disseram que foram os avós, 5 marcaram que foram os irmãos e 6 alunos marcaram a opção pessoas próximas à família, 2 aluno disse que foram o pai/mãe/avós/irmãos, apontando uma dimensão maior da família e 4 alunos não responderam a questão, pois os mesmos não tem esta experiência de participar de uma comunidade religiosa. Representando graficamente em porcentagem isto significa que a família tem uma forte relação com alguma comunidade religiosa, sendo que em primeiro estão o pai/mãe 33%, pessoas próximas a família ficaram em segundo lugar com 19% e os irmãos ficaram em terceiro lugar com 16%, os avós 13% e a grande família (pai/mãe/avós/irmãos) ficou somente com 3%. Percebe-se, portanto, que a família ainda tem uma grande influência e importância no acompanhamento do adolescente também na frequência em alguma comunidade religiosa.

A quarta questão remete a importância dos valores que a religião transmite para os adolescentes que passaram pela medida sócio educativa e viveram na Casa de Semiliberdade Marista e que os mesmos consideram importantes. A pergunta aberta que os adolescentes responderam foi: Dentre os valores importantes na sua formação, dois aspectos que a religião lhe transmite, e você julga primordial para a sua formação como cidadão social? Novamente, primeiramente, apresenta-se o gráfico e logo após a análise do mesmo.

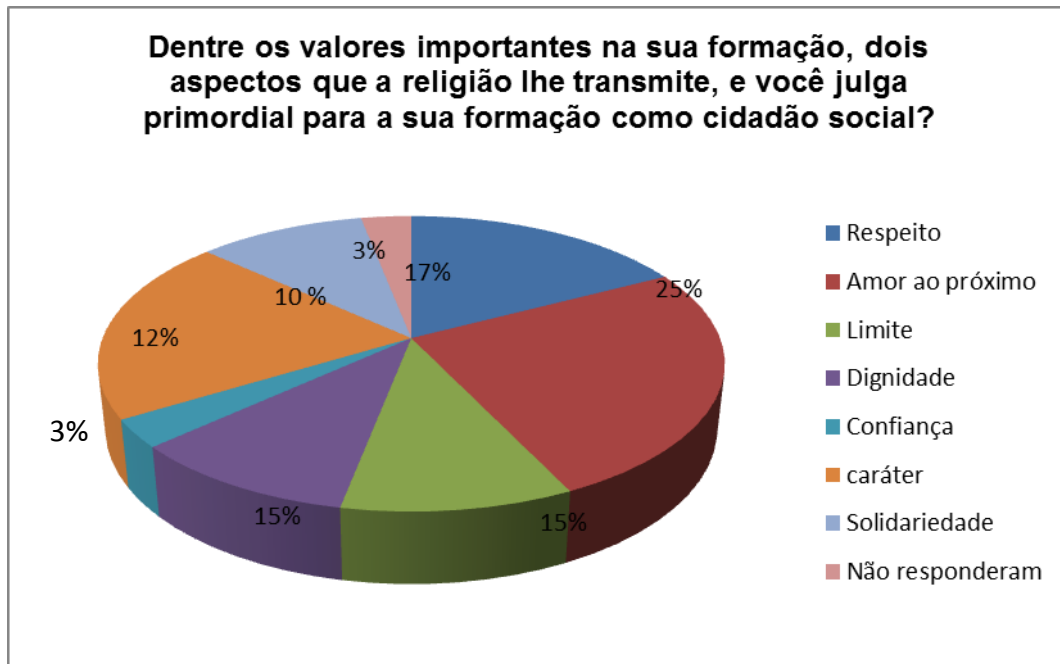


Gráfico 4

O valor considerado mais importante pelos adolescentes foi o amor ao próximo. Dos 31 adolescentes 25% colocaram este valor como o mais importante, em seguida vem o respeito com 17%. É interessante perceber que 15% apontou o limite como um valor primordial e da mesma forma 15% colocaram a dignidade como fundamental para a vida. Poderia se interpretar que os adolescentes necessitam de limites para sua existência e ao mesmo tempo querem ser tratados como pessoas dignas. Neste sentido também 12% apontou o caráter como algo importante para a vida, 10% apontou para a solidariedade e 3% para solidariedade e 3% não responderam esta questão. Os adolescentes masculinos em medida socioeducativa apontam para o amor ao próximo, o respeito, dignidade, limite e caráter como valores fundamentais que são transmitidos, em seu entender, pela religião, para o exercício da cidadania dos mesmos. Fica claro, que a religião, exerce um papel importante na formação de valores na vida dos adolescentes.

A resposta obtida na pergunta quatro foi surpreendente, pois a sociedade apresenta um grande preconceito em relação aos adolescentes em situação de ato infracional, a qual só cobra da governabilidade a aplicação de políticas públicas mais eficazes e eficientes. No entanto, percebe-se pouca ou quase nenhuma solidariedade das pessoas para transformar a realidade de pobreza, miserabilidade na qual a grande parcela da sociedade brasileira vive. Os adolescentes em situação de ato infracional são frutos da vulnerabilidade social, bem como, fazem parte da grande massa das pessoas excluídas da grande Vitória. Para entender o que

estes jovens pensam e desejam é necessário ouvi-los. Esta foi a intenção desta pesquisa, dar voz aos adolescentes.

Os valores elencados por eles em suas respostas apontaram para o amor ao próximo e o respeito como valores que eles colocaram em primeiro lugar, seguido da dignidade e confiança, pergunta-se: Porque então, jovens que por Lei deveriam ser destinatários de direitos e têm seus direitos violados, anseiam tanto por valores, propagados pela religião, que em sua formação moral e pessoal lhe foram negados ou até mesmo subtraídos? A resposta a esta indagação encontra-se nas respostas a quinta questão da entrevista: Com base na sua resposta anterior, justifique sua opinião, explicando-a.

As respostas foram escritas de forma simples, mas que expressam os anseios por um mundo melhor e mais humano. Aqui estão algumas respostas:

Jovem G.L.S (7ª Série/ Sem. João de Medeiros Calmon) “ Não tenho religião sempre fui (Igreja), mas nunca me interessei por religião mas acho que devemos ter respeito ao próximo.....”

D.M.S (7ª Série/Sem. João de Medeiros Calmon) “ Devemos ser solidários com todos para termos um mundo melhor e amor ao próximo para não ter tantas guerras e coisas do tipo, com amor ao próximo acredito eu que muita coisa melhoraria”

M.O.G (8ª Série/ Sem. João de Medeiros Calmon) “ Todos nós devemos ter amor ao próximo, tratar os outros como você quer ser tratado, e respeitar as pessoas”

W.D.R (7ª Série/Dep.Mikeil Chequer) “ Por que todos tem que ter caráter e solidariedade para ser uma pessoa boa”.

W.H.G (7ª Série/Dep.Mikeil Chequer) “ Bom eu não tenho esse tipo de coisas minha mente esta vazia só a escuridão, mais vou tentar ser um cara reconhecido.”

K.M.H (6ª Série/Dep. Mikeil Chequer) “ por, que as pessoas tem que ter mais amor um ao outro.”

As respostas dos adolescentes demonstram um grande desejo por amor, aceitação, respeito, solidariedade, que demonstram que eles gostariam também de assim serem tratados como pessoas. A maioria destes jovens masculinos ao cumprir a medida socioeducativa retoma também os estudos, que na maioria das vezes, havia sido interrompido. A resposta de um deles chama bastante atenção, pois aponta para falta de valores em sua vida, e ele diz “a minha mente esta vazia só a escuridão, mas vou tentar ser um cara reconhecido.” Mesmo que não tenham aprendido ou vivenciado valores, a vivência na Casa, que se torna a extensão da família, a volta para escola, a rotina e disciplina nos afazeres, a prática da espiritualidade

despertam o desejo de ser um “cara reconhecido”, isto pode significar, o desejo de ser uma pessoa melhor.

Muitos adolescentes não têm perspectivas de mudanças de sua realidade social, em razão do ato infracional, pois a legislação prevê quando não há risco de morte que o processo de reinserção social aconteça diretamente na comunidade onde aconteceu o ato. Isto é muito difícil, pois muitos destes adolescentes provem de comunidade ou até famílias violentas e envolvidas em atos ilícitos. Outro fato que chamou muito atenção é que na maioria das respostas muitos adolescentes fazem pouca ou quase nenhuma referência a sua família, o que nos levou a refletir que a relação familiar, provavelmente, seja muito fragmentada, e que a participação dos membros da família seja pouco presente em seu processo de formação social enquanto cidadão.

Esta relação de proximidade e confiança geralmente é substituída pela aproximação que se estabelece na Casa de Semiliberdade entre os adolescentes com os agentes sócios educativos e membros da equipe técnica. Estas pessoas se tornam importantes, não somente no momento em que estes jovens estão cumprindo a medida socioeducativa, mas no momento da reinserção social, especialmente na afirmação de valores, como eles mesmos expressaram nas entrevistas. A vivência e a relação de respeito, amor, solidariedade e confiança que estabeleceu na Casa de Semiliberdade com as pessoas que lá vivem e trabalham é fundamental para a formação ou reestruturação dos seus valores pessoais.

3.4 Avaliando o resultado da pesquisa

A participação na pesquisa foi bem aceita pelos adolescentes masculinos, que cumpriam medida socioeducativa, na Casa de Semiliberdade Marista. As perguntas estavam diretamente dirigidas a eles. Aos adolescentes foi dada voz para se manifestarem. As perguntas da pesquisa, a partir da perspectiva de rede da espiritualidade, objetivaram verificar que valores os próprios adolescentes consideram importantes em suas vidas. O número de 31 alunos masculinos escolhidos para a amostragem esteve respaldado na metodologia da pesquisa adotada, de perspectiva qualitativa.

Finalizando a análise, fica evidente que os adolescentes sabem que burlaram as regras de convivência social, por isso, tiveram seus direitos cerceados. Por esta razão, estão cumprindo a medida socioeducativa, através da semi-internação na Casa de Semiliberdade Marista. Tempo este que deverá ser dedicado para fazer uma análise de seus atos e atitudes, e serem reinseridos na escola, fortalecendo novamente as relações com a família, e cultivando a

espiritualidade, e despertar novos valores para vida, e com isso se preparar para a reinserção na vida em sociedade. O trabalho todo visa a não reinserção dos jovens no mundo do crime, bem como, o despertar de valores que lhes dão força para que não sejam novamente cooptados para a prática de atos ilícitos, livrando-os de um ciclo vicioso, que na maioria das vezes não teria volta, e certamente, esses adolescentes seriam fadados ao fracasso ou a morte. É necessário acreditar que é possível reinventar a vida e que estes jovens adolescentes podem vir a serem excelentes cidadãos, que realmente vivam e valorizem os valores apontados por eles mesmos como fundamentais para a vida. Sem dúvida, a família num aspecto amplo (apesar dos laços afetivos), escolarização (profissionalização) e a aprendizagem de valores religiosos e morais formam aspectos fundamentais para a reinserção de adolescentes que praticaram ato infracional. Redescobrir-se como ser humano de relações, como portador de direitos e deveres é fundamental para estes adolescentes.



CONCLUSÃO

Buscar o entendimento do trabalho realizado com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em nosso país é no mínimo algo muito complexo, pois a trajetória histórica tem nos mostrado que pouco ainda se faz para que as leis sejam obedecidas, tornando-as práticas nas relações cotidianas deste público. Nesta via de conhecimento podemos citar os avanços significativos que tivemos com a criação do ECRIAD (Estatuto da Criança e do Adolescente), pois o mesmo tira-os da condicionante situação de carência para a implementação de destinatários de direito, colocando-os a salvo de situações de constrangimento e negligenciamento, que em situações do cotidiano aconteciam, e nada se fazia mencionando a lei supracitada no art. 4ª que diz: “É dever da família, da comunidade, a sociedade em geral do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.” Portanto, a família, considerando os laços afetivos, é fundamental na vida das crianças e dos adolescentes. O primeiro capítulo buscou refletir sobre a história da família, criança e famílias, novos arranjos familiares baseada em laços de afetividade, com umas das tessituras importantes na vida de cada ser humano.

A Constituição promulgada em 1988 trouxe a todos os cidadãos brasileiros a garantia efetiva de seus direitos, sem exceção, por esse motivo foi carinhosamente apelidada de “Constituição Cidadã”, por apresentar em sua tônica a efetiva garantia de direitos. Com isso se deseja garantir a todo cidadão brasileiro a sua concretude, em termos de qualidade de vida integrada à saúde, alimentação e demais garantias.

No entanto, o que causa espanto é o fato de verificar que o discurso enfático e bonito, infelizmente, não é, muitas vezes, executado. Considerando a situação, verifica-se que faltou seriedade na condução de uma política profícua de políticas públicas para a infância e a adolescência. O ECRIAD, sem sombra de dúvida, representou um marco histórico, mas muitas vezes é ignorado ou desconhecido tanto por parte do Estado, como pela família de adolescentes em situação de ato infracional, quanto pela sociedade.

Por isso há de se considerar que alguns avanços têm sido significativos, e esses também tornaram a vida de muitos adolescentes que estavam em situação de vulnerabilidade melhor, principalmente, com a articulação da Rede de Proteção Integral. Esta que na realidade são mecanismos de intervenções compostos em sua grande maioria por Secretarias

Municipais e/ou Estaduais, que trabalham articuladas, ou através de seus parceiros para a melhoria da qualidade de vida desses adolescentes que não teriam muitas perspectivas.

Neste contexto podemos citar no caso da municipalidade de Vila Velha que foi objeto de nossa pesquisa a articulação entre CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), que trabalha especificamente com a questão da violação dos direitos da criança e do adolescente, e o CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) que trabalha diretamente com o acompanhamento dos adolescentes em situação de ato infracional, órgãos esses ligados à Secretaria de Assistência Social. A Secretaria Municipal de Educação através da Coordenação de Normas e Legislações realiza todo o procedimento de encaminhamento do adolescente em situação de ato infracional para efetivação de matrícula em Unidades de referência para atendimento a esse adolescente.

Ainda nesta perspectiva de atendimento ao adolescente infrator e como parte integrante do cumprimento da medida impetrada pelo Juízo, a da Secretaria de Geração e Renda que atua conjuntamente com parceiros como SENAI/SENAC/Faculdade Novo Milênio, disponibiliza a profissionalização dos adolescentes em cursos que atendam sua inserção o mais breve de tempo possível no mercado de trabalho, para que em uma situação de liberação do cumprimento da medida socioeducativa, neste caso de Semiliberdade, para que o mesmo não seja novamente cooptado pelo submundo da marginalidade.

A pesquisa realizada salientou que a maioria dos 31 adolescentes percebe a importância de ter valores na vida. Eles destacaram o amor ao próximo, o respeito, a confiança e a solidariedade com os mais importantes. As famílias da maioria deles também participam de alguma comunidade religiosa e também os adolescentes foram levados a participar de algum culto ou missa. Portanto, fortalecer os valores apontados pelos próprios adolescentes em situação de ato infracional, torna-se importante no processo de ressocialização. Percebeu-se, então, que de tudo eles não são desprovidos, pois ao reconhecer a importância desses valores em sua formação, eles também informam qual via se deve tomar, em seu processo de semiliberdade, para reforçar esses valores.

A partir de 2016 houve uma relação mais próxima entre a Secretaria Municipal de Educação e a Casa de Semiliberdade Marista, acarretando, devido à discriminação sofrida pelos adolescentes, a diminuição do número de escolas que atendiam esta demanda. No início deste ano houve também uma capacitação conjunta entre a Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, para que essas secretarias pudessem entender a pedagogia de atendimento trabalhada com os adolescentes da Casa de Semiliberdade Marista. O intuito era que os profissionais que lidam diretamente com os adolescentes em situação de ato infracional

entendessem a via de cumprimento da medida e não deixassem de acreditar e principalmente serem articuladores no processo de reinserção social desses adolescentes. Esse entendimento por parte do/a professor/a foi tão significativo que hoje eles entendem que respeitar a potencialidade e as limitações do processo do saber desses adolescentes é primordial para o sucesso desta parceria.

Esta aproximação resultou no número pequeno de ocorrências escolares que esses adolescentes apresentaram. O relato dos profissionais, quando da visita de técnicos nas escolas, em relação ao comportamento apresentado pelos adolescentes muito tem contribuído nos relatórios enviados ao Juiz para as liberações dos mesmos. Salientando-se que hoje a Casa de Semiliberdade, também dispõe de um acompanhamento pedagógico dentro da própria Casa para os socioeducandos. A pedagoga da Casa, também realiza semanalmente visita as Unidades Escolares para saber sobre o comportamento e realização do processo ensino-aprendizagem por parte dos adolescentes. Desta forma, a Casa de Semiliberdade cumpre o seu projeto pedagógico baseado nos quatro pilares da educação (aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a fazer, aprender a aprender).

Vale ressaltar que o sucesso desta parceria só foi possível uma vez que a Rede de articulação e proteção integral percebeu suas fragilidades e propôs uma conversa, para que se pudesse chegar a um denominador comum para que as lacunas do processo de reinserção social do adolescente em cumprimento de medida de ato infracional fossem sanadas. A partir do momento em que cada ator que compõe a rede entendeu seu papel dentro da articulação, e se propôs a desempenhá-lo com destreza e eficácia, acarretou a diminuição do número de adolescentes que se evadiam da Casa no período de cumprimento da medida.

Portanto, a proposta de nossa pesquisa traz como condição inovadora, que esta Rede dialogue e proponha ações efetivas de mudança na formação desse adolescente e cidadão, segundo o ECRID, que em algum momento teve seus direitos violados e/ou cerceado, e que essas ações o coloquem como agente também de transformação de sua própria realidade, não perpetuando suas fragilidades, mas sim, preenchendo suas lacunas, suas fragilidades, tornando-o um cidadão participativo, consciente de suas ações e transformador de sua própria identidade em construção.

Finalizando percebe-se que quando todos se empenham para a realização do bem comum, os adolescentes sentem que têm uma articulação para ajudá-los a sair das mazelas sociais e potencializar suas reais expectativas de si mesmos, e ainda percebe-se por parte deles, os adolescentes, que na realidade eles só querem uma oportunidade para efetivar suas mudanças de vida e acreditar em seu próprio potencial de crescimento para sair deste mundo

de marginalização e segregação que às vezes a sociedade lhes imputa. A pesquisa realizada deixou isto muito claro quando os adolescentes afirmaram a importância da construção de valores em suas vidas. A medida socioeducativa, quando articulada com as diferentes redes, sem dúvida é fundamental no processo da vida do adolescente em situação de ato infracional reinventar, isto é, reorganizar, a sua vida.



REFERÊNCIAS

- APADD - Associação de Prevenção e Assistência aos Dependentes de Drogas. Disponível em: <<http://www.apadd.org/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ARANTES, Esther Maria. *De "criança infeliz" a "menor irregular" – vicissitudes na arte de governar a infância*. Rio de Janeiro: NAPE, 1999.
- ARRUDA, Gerardo Clésio Maia. Identidade cultural e (des)politização na sociedade de risco, *Rev. Mal-Estar* Subj. vol.10 no.2 Fortaleza jun. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1518-61482010000200006>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- BASSEDAS, Eulália. *Intervenções Educativas e diagnósticas Psicopedagógico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BOLETIM DIEESE Edição Especial – 8 de março – *Dia Internacional da Mulher*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/mulher_chefe.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- CAMPOS, Dinah Martins de Souza. *O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CIVILETTI, O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista, *Cadernos de Pesquisa*, n. 76, Fundação Carlos Chagas, p. 32-40, 1991. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1052/1060>>. Acesso em: 26 mar. 2016.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225/Coordenação: Fabrício Bittencourt da Cruz - Brasília: CNJ, 2016*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/08/4d6370b2cd6b7ee42814ec39946f9b67.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- CUKIER, Rosa. *Sobrevivência emocional: as dores da infância revividas no drama adulto*. São Paulo: Ágora, 1998.
- CURY, Augusto Jorge. *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- DELORS, Jacques (Coord.) *Educação: um tesouro a descobrir. (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI)* . 7. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2012.
- DE OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista; MAIO, Eliane Rose. Família e escola: um novo (re)pensar e re(agir) pedagógico. *Revista LABOR*, nº 10, v.1, 2013. Disponível em: http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume10/07_FAMILIA_ESCOLA_NOVO.pdf. Acesso em: 20 jan. 2017.

DEL Priore, Mary. *História das crianças no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 9. ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2011.

DOMINGUES, Joelza Ester. *A Família no Brasil Colonial*. Disponível em: <<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/familia-no-brasil-colonial/>>. Blog: Ensinar História. Acesso em: 20 mar. 2016.

FARIA, Sheila de Castro. “Família”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 216-8. ap DOMINGUES, Joelza Ester. *A Família no Brasil Colonial*. Disponível em: <<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/familia-no-brasil-colonial/>>. Blog: Ensinar História. Acesso em: 20 de mar. 2016.

FERNANDES Cesar Augusto Rilo. *A Família: Uma narrativa voltada ao desenvolvimento ético e moral no Ensino Médio da Escola Básica Profa. Salete Scotti dos Santos – Içara*. Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior. Universidade do Extremo Sul Catarinense: Criciúma, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Trad. De Raquel Ramallete 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVIERA, Denise Tolfo (Orgs) *Métodos de Pesquisa*. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: UFRGS, 2009.

HELLINGER, Bert. *Constelações Familiares: O Reconhecimento das ordens do amor*. São Paulo. Cultrix, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria Andrade. *Técnicas de pesquisa*. 4 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.

LIBERATI, W. D. *Adolescente e Ato Infracional: medida socioeducativa e pena?* São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

MELO, Edson Teixeira de. *Princípios constitucionais do Direito de Família*. Jus Navigandi, Teresina, 2006. Disponível em: . Acesso em: 24 mar. 2016.

MENDES, Flávia. *Antigos e novos arranjos familiares: um estudo das famílias atendidas pelo Serviço Social*. Franca, UNESP, 2001, p. 2-3. Relatório de Pesquisa apresentado à Pró-Reitoria de Extensão Universitária.

MOLL, Jaqueline e colaboradores. *Caminhos da Educação Integral no Brasil*, Porto Alegre: Penso, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. *Estatuto da Criança e do Adolescente & Legislação Congênere*. 11. ed. Vitória, 2011.

MISSÃO EDUCATIVA MARISTA. Missão educativa marista : um projeto para nosso tempo / Comissão Interprovincial de Educação Marista (1995-1998); [tradução Manoel Alves, Ricardo Tescarolo]. 3. ed. São Paulo: SIMAR, 2003. Disponível em: <www.maristas.org.br/.../sis.../missao_educativa/2005_07_04_missao_educativa.zip?pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MONDRAGÓN, Geraldo Bohórquez. *Modelo Pedagógico Contextualizado*. IASES: Vitória, 2008.

PATTON, Bruce. *Como chegar ao sim como negociar acordos sem fazer concessões*. Rio de Janeiro: solomon, 2014.

PERUCCHI, Juliana, BEIRAO, Aline Maiochi. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicol. clin.* vol.19 no.2 Rio de Janeiro Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200005>. Acesso em: 20 jun. 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 mar. 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - capítulo I*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 22 Mai. 2016.

PULCINELLI, Evaldo Paulo de Souza. *O Processo de inclusão social do adolescente em conflito com a lei no município de Ariquemes – Rondônia*. Trabalho Final Mestrado profissional. São Leopoldo: Faculdades EST, 2011.

QUEIROZ, Tania D. *Educar, uma lição de amor: como criar filhos em um mundo sem valores*. São Paulo: Gente, 2010.

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 13 DE MAIO DE 2016 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SECRETARIA EXECUTIVA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOU de 16/05/2016 (nº 92, Seção 1, pág. 6). Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/documents/20184/181398/resoluo_cne_13_2016_diretrizes_para_atendimento_escolar_de_jovens_infratores_em_cumprimento_de_medida_socioeducativa.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

RODRIGUES, Elisangela dos Santos. *A ação do orientador educacional no processo de aproximação família e escola*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-acao-do-orientador-educacional-no-processo-de-aproximacao-familia-e-escola/13839/#ixzz4HvqrETHk>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

ROSA, Edinete Maria. TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. A Produção das infâncias e adolescências pelo Direito. In JACÓ-VILELA, AM.; SATO, L., (Orgs.) *Diálogos em*

psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-18.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2016.

ROSENBERG, Rodrigues Alves. Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações. II Seminário de História da Pós-graduação em História UFG/UCG. Área II UCG 14/15/16/setembro 2009, Goiana. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf>. Acesso em: 23 mai 2016.

ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Àgora, 2006.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTANA; Edith Licia Ferreira Felisberto. Família Monoparental Feminina: Fenômeno da Contemporaneidade?, *Questões Contemporâneas*, v. 13, n.2, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10618/8518>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

SANTOS, Alex Luis; DUARTE, NarjaraRhayssa Ferreira. Igreja e modelos alternativos de família: uma abordagem discursiva de base sistêmico-funcional à luz do subsistema atitude da teoria da avaliatividade, *Entrepalavras*, v. 2, n. 1, ano 2, v.2, n. esp., Fortaleza, jan/jul 2012. Disponível em: <<http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/100/138>>. Acesso em: 20 Jun 2016.

SAVATAR, Fernando. *Ética para meu filho*. Trad. Mônica Stahel. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2012.

SILVA, Luciani Maria Neri da; ALVES; Lenir Guedes. A família como meio socializador e integrador da aprendizagem de alunos com comportamentos agressivos, *Revista Eventos Pedagógico*, s v.5, n.4, 13. ed., n. regular, p. 67, nov./dez. 2014. Disponível em: <sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/download/1580/1226>. Acesso em: 23 mar. 2016.

SILVEIRA, Maria Luiza Newlands. *As crianças aprendem o que vivenciam*. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

SOUZA, Paulo Renato. *A Revolução Gerenciada: Educação no Brasil. 1995-2002*, São Paulo, Prentice hall, 2005.

TADEI, Emanuel Mariano. A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.22, n.4, Brasília, Dec. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000400002>. Acesso em: 23 mai 2016.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Rev. bras. Hist.* vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003>. Acesso em: 26 mar. 2016.

UBEE - PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-NORTE: *Trilhas interditas: medida socioeducativa uma prática humanizada*. Belo Horizonte: UBEE – Província Marista do Brasil Centro-Norte – União Brasileira de Educação e Ensino, 2004.

UNIÃO MARISTA DO BRASIL. Relatório Social do Brasil Marista, Brasília, 2014. p. 44. Disponível em: <http://www.umbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/09/RELAT%C3%83%E2%80%99CRIO-SOCIAL-2014_WEB.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO – UBEE. *Vidas Adolescentes e parcerias pela vida: A experiência marista na execução da Medida Socioeducativa de Semiliberdade (Espírito Santo)*. União Brasileira de Educação e Ensino Brasil – Brasília: UBEE, 2011.

VITALE, Maria Amália Faller 2002, p. 49 apud SANTANA; Edith Licia Ferreira Felisberto. Família Monoparental Feminina: Fenômeno da Contemporaneidade? *Questões Contemporâneas*, v. 13, n.2, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10618/8518>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

VOLPI, Mário (org). *Adolescente Privados de Liberdade. A normativa Nacional e Internacional e Reflexões a cerca da responsabilidade penal*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

XAVIER, Antonio Roberto. *Família e Gênero no debate atual*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/familia-e-genero-no-debate-atual/21384/>>. Acesso em: 26. mai 2016.

ZEHR, Howard. *Trocando as lentes*. Um novo foco sobre o crime e a justiça restaurativa. São Paulo: Palas Athena, 2008.

ANEXOS**ANEXO A**

Vila Velha, 05 de Julho de 2016.

M.M. Juíz de Direito da 2ª Vara da Infância e Juventude de Vila Velha
Dr. Marcelo Soares Cunha

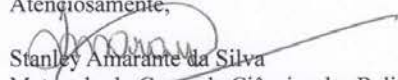
Venho por meio de este reiterar minha solicitação, para realização da pesquisa de campo, para aquisição do Título de Mestrado no Curso de Ciências das Religiões, cujo foco da pesquisa terá como tema gerador “Família, escola e religião a trilogia de formação social do indivíduo no processo de reinserção social do adolescente infrator no município de Vila Velha”.

Certificamos que o processo de realização da pesquisa in-loco, não haverá a exposição por parte da identidade dos adolescentes, bem como qualquer outro tipo de exposição dos mesmos, uma vez que a mesma será consolidada através de dados em gráficos somente por amostragem geral dos dados levantados, quando da resposta aos questionamentos levantados.

Face ao exposto solicitamos por parte deste juízo, deferimento para realização da referida pesquisa, com relação aos processos que já se encontram arquivados nesta Vara, junto aos adolescentes em cumprimento de ato infracional, que prestam o cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário na Secretaria Municipal de Educação desta Municipalidade.

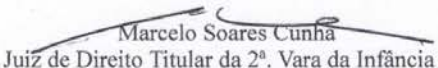
Nesses termos, peço deferimento.

Atenciosamente,


Stanley Amarante da Silva
Mestrando do Curso de Ciências das Religiões
Faculdade Unida de Vitória/ES

Autorizo o pedido do requerente Stanley Amarante da Silva, observando-se que a pesquisa apenas poderá ser realizada em autos já arquivados e que os dados dos envolvidos não poderão ser expostos.

Vila Velha / ES, 05 de Julho de 2016.


Marcelo Soares Cunha
Juiz de Direito Titular da 2ª. Vara da Infância e
Juventude de Vila Velha / ES

ANEXO B

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO

JUIZADO DE DIREITO

2ª. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE VILA VELHA

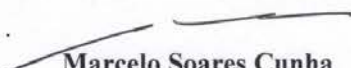
Ofício Gabinete nº. 13/2016.

Vila Velha / ES, 05 de Julho de 2016.

Prezada Senhora,

Encaminho a Vossa Senhoria a autorização proferida por este juízo para realização de pesquisa de campo do requerente Stanley Amarante da Silva, observando-se que apenas poderão ser utilizados autos já arquivados, omitindo-se os dados dos envolvidos.

Atenciosamente,


Marcelo Soares Cunha
Juiz de Direito

À Ilustríssima Senhora
Dra. CLAUDETE BEISE ULRICH
Professora da Faculdade Unida de Vitória.

Gabinete da 2ª. Vara da Infância e Juventude de Vila Velha
Pça. Almirante Tamandaré, 193, Prainha, Vila Velha / ES. Telefone: 3149.5115.

ANEXO C



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**Adolescentes entrevistados da UMEF “ Senador João de Medeiros
Calmon”**

**Endereço: Rua Sebastião Silveira, s/nº - Praia das Gaivotas- Vila Velha
Cep: 29102-571**

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno APC Idade: 16

Escolaridade: 7^a

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

() Católica Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

Limite () caráter () Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-a:

1 POR QUE AS PESSOAS TEM QUE TER LIMITE

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno G. V. S. Idade: 16

Escolaridade: 4º

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

Limite () caráter Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade () Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: *Não tenho religião sempre fui mas nunca me interessei
pela religião mas acho que devemos ter respeito ao próximo
má coisa certa que não respeito aos próximos sem limite.*

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno DMS Idade: 16

Escolaridade: 7º Ano

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica Protestante Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

Pai/Mãe Avós Irmãos Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

Limite caráter Respeito solidariedade

confiança Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: *Devemos ser solidários com todos para termos um mundo melhor e amor ao próximo para não ter tanta guerra e coisas do tipo, com amor ao próximo acredito eu que muita coisa melhoraria*

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno M. C. J. Idade: 18

Escolaridade: 8º

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós () Irmãos Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando:

a: *Todos nós devemos ter amor ao próximo, tratar os outros como você quer ser tratado, e respeitar as pessoas.*

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno M.A.O Idade: 15

Escolaridade: 7ª

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

() Católica Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite caráter () Respeito solidariedade

() confiança () Dignidade () Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a:

Acho que todo homem tem que ter caráter, tem que ajudar a todos

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno A.G.F Idade: 16

Escolaridade: 8^o

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

Limite () caráter () Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: *este envolve todos in e o não
desrespeito próximo*

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno W.A.S Idade: 16

Escolaridade: B.SÉRIE

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica Protestante Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

Pai/Mãe Avós Irmãos Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

Limite caráter Respeito solidariedade

confiança Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: *Com a religião, eles fazem seu culto de acordo com sua doutrina*

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno R M N Idade: 19

Escolaridade: 7º A

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

() Católica Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter () Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: *na igreja também ensina amor o Próximos e Perdões também*

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno F.V.T.S Idade: 18

Escolaridade: 9^ª A

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

() Católica Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite caráter () Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade () Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a:

Por levar sempre por frente, nunca pra trás

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno H.J.S Idade: 16

Escolaridade: 4^ª A

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter () Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: *Que todos tem que ter com os outros como seus próximos mas (só você e sim o seu próximo)*

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno W.S.S Idade: 17

Escolaridade: 2º A

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós () Irmãos Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite caráter () Respeito solidariedade

() confiança () Dignidade () Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando:

a: Porque a pessoa tem que amigado de outras pessoas que são diferentes.

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno LSF Idade: _____

Escolaridade: Grão Coluna

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

() Sim (X) Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

() Católica () Protestante (X) Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe (X) Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter (X) Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade () Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: as pessoas têm que respeitar pelo o outro

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno CPFL Idade: 17

Escolaridade: Ensino Fundamental

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter () Respeito solidariedade

() confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: SEMPRE AJUDAR AO PRÓXIMO NÃO FAZER MAL AO PRÓXIMO, ETC.
E SEMPRE FAZER ALGO QUE ESTÁ AO SEU ALCANCE
PARA AJUDAR AO PRÓXIMO.

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno Vinicius Vieira Idade: 18

Escolaridade: 7º C

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite caráter Respeito () solidariedade

confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: confiança e ter alguém pro corpo e difícil mais DEUS SABE DAS COISA RESPEITO TEM QUE DA DRA SER RESPEIT DO COMEIANÇA que DEUS EXISTE AMOR AO PROXIMO E AMAR E SE amado.

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno Ederson Francisco Nascimento Idade: 16

Escolaridade: 7º ano

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter () Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: Porque ele transmite paz de espírito

ANEXO D



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Adolescentes entrevistados da UMEF “Deputado Mikeil Chequer”

**Endereço: Rua José de Alencar, s/nº - Boa Vista II - Vila Velha
Cep: 29102-770**

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno PH Idade: 16

Escolaridade: Co 2

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós () Irmãos Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando:

a: Amor ao Próximo e Respeito porque não importa os amigos que eu tenho eu quero só o bem para todos!
Respeito porque eu tenho que respeito o próximo não importa quem seja sempre que respeito

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno Bruno Alexandre de Souza Aguiar Idade: 19

Escolaridade: matrícula

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

() Sim (X) Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

() Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter (X) Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade (X) Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-a:

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno K M H Idade: 75

Escolaridade: 6^o ano

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite caráter () Respeito solidariedade

() confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: *Por, que as pessoas tem que ter mais amor um ao outro.*

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno W.D.R Idade: 15

Escolaridade: 7ºB

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

Pai/Mãe Avós Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite caráter () Respeito solidariedade

() confiança () Dignidade () Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: *por que todos tem que ter caráter e solidariedade para ser uma pessoa boa*

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno WHG Idade: 15

Escolaridade: Fase B

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós () Irmãos Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter () Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade () Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: *Bom eu não tenho esse tipo de coisas minha mente está vazia por a escuridão, mais vou tentar ser um cara reconhecido.*

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno RB Idade: 18

Escolaridade: 8

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

() Católica Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-a:

a: Porque são as bases de tudo.

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno DMV Idade: 16

Escolaridade: Faixa B

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

() Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

() Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter () Respeito () solidariedade

() Confiança () Dignidade () Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: *Tem que ter confiança na família e ser digno da qual que você faz*

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno G.F.M Idade: 16

Escolaridade: 7.B

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: Respeitar ao próximo e amar ao próximo ~~em~~ independente sua religião e fé que você sente pela Pessoa.

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno Daniel Mato Souza Idade: 17

Escolaridade: 7ª

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

Limite caráter () Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade () Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-a:

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno Demiel Santos Souza Idade: 16

Escolaridade: 6^o série

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

() Católica Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter () Respeito solidariedade

() confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: minha mãe é meu irmão
que aperta e sempre
fica do meu lado

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno Vitor Gustavo Matos Reis Idade: 18

Escolaridade: 9º ano fundamental

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

() Sim (X) Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

() Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter (X) Respeito () solidariedade

() confiança (X) Dignidade () Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-a:

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno Daniel Pereira de Souza Idade: 19

Escolaridade: 6º Anos

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

() Católica Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós () Irmãos Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite caráter Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade () Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-a:
 Respeito ao próximo não pode faltar e nem o caráter

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno Jaques Carlos de Souza Idade: 19

Escolaridade: 6ª série ensino fundamental

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

() Católica Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter () Respeito () solidariedade

confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: meus pais sempre frequentaram a igreja
debatendo de Deus meu pai e minha mãe
que tem o hábito de me levar para a igreja
deus se apresenta em sempre tive crer pela
providência e muito confiança em mim

? ? ? ? ?

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno Lucas Gabriel Araujo Minghelli Idade: 18

Escolaridade: 2º ano GUSINO MEDIO

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

Católica () Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

() Limite () caráter Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade () Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-

a: porque com a base de respeito aprendemos a respeitar um ao outro.

FACULDADE UNIDA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Questionário base para pesquisa de campo:

Não há obrigatoriedade de Identificação, caso não queira basta colocar a idade.

Público-alvo: Aluno APC Idade: 16

Escolaridade: 7^a

Ambiente Pesquisado: Adolescente em Cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na Secretaria Municipal de Educação.

1) Sua família frequenta algum credo religioso:

Sim () Não

2) Em caso positivo da resposta anterior, qual designação religiosa:

() Católica Protestante () Espírita

3) Quem tem o hábito de leva-lo a frequentar esta designação religiosa?

() Pai/Mãe () Avós () Irmãos () Pessoas próximas da família

4) Dentre os valores importantes na sua formação pessoal assinale dois aspectos que a religião lhe transmite, e que você julga primordial para sua formação como cidadão social.

Limite () caráter () Respeito () solidariedade

() confiança () Dignidade Amor ao próximo

5) Com base na sua resposta anterior justifique sua opinião de escolha explicando-a:

1 POR QUE AS PESSOAS TEM QUE TER LIMITE